

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

YONE MAXIMIANO DA SILVA

A pertinência do conceito de necropolítica na perspectiva do conflito Israel-Palestina

**The relevance of the concept of necropolitics from the perspective of Israel-Palestine
conflict**

São Paulo

2024

YONE MAXIMIANO DA SILVA

A pertinência do conceito de necropolítica na perspectiva do conflito Israel-Palestina

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Donizeti Girotto

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

SILVA, Yone Maximiano da. **A pertinência do conceito de necropolítica na perspectiva do conflito Israel-Palestina.** Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico à minha família. E aos palestinos, que lutam
por sua liberdade, paz e seu lar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente à minha família. Espero conseguir deixar vocês orgulhosos um dia.

Gostaria de agradecer às minhas professoras do Fundamental e Ensino Médio, que sempre me incentivaram, elas, antes de mim, sabiam do meu potencial e capacidade. Em especial à Profº Paula e Luísa da EMEF Armando de Arruda Pereira e à Simone da EE Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva Jr.

Gostaria de agradecer aos meus professores do cursinho, principalmente os de Geografia, Kenji e Didoné, e ao Alisson e Bigatão.

À minha gestora da Prodam, Carolina Bracco, que vejo como um exemplo a ser seguido e que de uma forma também foi minha professora. Também agradeço aos meus colegas da Prodam: Cesar, Ângela, Marco, Márcia, André e Alessandra, que tiveram mais contato direto comigo.

À professora Ana Cecília de Arruda Campo e ao professor Eugenio Queiroga, pela oportunidade que me deram ao participar por 3 anos do PUB - O espaço periurbano a e proteção aos mananciais, e colocar em prática o conhecimento que adquiri durante o curso de Geografia. Além deles, preciso agradecer à Waldirene Ribeiro do Carmo, por estar sempre apoiando os alunos do “Vão” da Geografia e oferecendo refúgio no LEMADI. E também ao professor Eduardo Donizeti Girotto por topar ser meu orientador.

E por último, mas não menos importante meus amigos: Natália Santos, Valéria Sousa, Gabriele Nunes, Bruna Robadel, Beatriz de Oliveira Carvalho, Ana Luiza Lucena , Luca Nieri, Árizla Quirino, Felipe Dawson, Matheus Fernandes, Cawan, Bianca Melo, Ismael Rocha, Matheus Alvim, Igor Amorim, Maik Miranda, Cibeli e Regina. Peço perdão se esqueci de mencionar alguém.

Em memória de Dani Barbosa.

RESUMO

SILVA, Yone Maximiano da. **A pertinência do conceito de necropolítica na perspectiva do conflito Israel-Palestina.** 2024. 68 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

O presente trabalho analisa a pertinência do conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe, na compreensão da ação espacial do Estado de Israel em relação à Palestina. A pesquisa identifica e descreve táticas necropolíticas utilizadas por Israel para a conquista de territórios palestinos, incorporando o conceito de dispositivo de controle de Foucault. Utilizando o método dedutivo e revisão bibliográfica, o estudo baseia-se principalmente em Achille Mbembe para o entendimento da necropolítica e em Ilan Pappe como fonte historiográfica, complementados por mapas e documentos que abordam o território e as fronteiras israelo-palestinas. Por fim, apesar da utilidade do conceito de necropolítica para entender o conflito, o estudo conclui que ele, por si só, é insuficiente para explicar completamente o caso palestino-israelense, uma vez que não aborda as causas históricas, capitalistas e os responsáveis pela violência e morte. Portanto, sugere-se a necessidade da análise mais profunda desses fatores para complementar a teoria necropolítica.

Palavras-chave: Necropolítica. Israel. Palestina. Expansão territorial. Sionismo.

ABSTRACT

SILVA, Yone Maximiano da. **The relevance of the concept of necropolitics from the perspective of Israel-Palestine conflict.** 2024. 68 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This paper analyzes the relevance of the concept of necropolitics, developed by Achille Mbembe, in understanding the spatial actions of the State of Israel concerning Palestine. The research identifies and describes necropolitical tactics used by Israel to conquer Palestinian territories, incorporating Foucault's concept of control devices. Utilizing the deductive method and bibliographic review, the study primarily draws on Achille Mbembe for understanding necropolitics and Ilan Pappe as a historiographical source, complemented by maps and documents addressing the Israeli-Palestinian territory and borders. Finally, although the concept of necropolitics is useful for understanding the conflict, the study concludes that it is insufficient by itself to fully explain the Israeli-Palestinian case, as it does not address the historical and capitalist causes and those responsible for the violence and death. Therefore, a deeper analysis of these factors is suggested to complement the theory of necropolitics.

Keywords: Necropolitics. Israel. Palestine. Territorial expansion. Zionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Mapa do Plano da ONU de partilha e fronteiras atuais Palestina/Israel.....	12
Figura 2 — Mapa da região historicamente conhecida como Palestina.....	18
Figura 3 — Gráfico da migração judaica para Palestina ao longo do tempo (1920-1946).....	20
Figura 4 — Mapa do Impacto da Nakba e do sionismo.....	23
Figura 5 — Mapa dos campos de refugiados palestinos (2020).....	25
Figura 6 — Gráfico de mortes de 2008 a agosto de 2023.....	27
Figura 7 — Mapa da divisão da Cisjordânia após Acordos de Oslo.....	29
Figura 8 — Muro de separação da Cisjordânia.....	30
Figura 9 — Mapa da divisão dos Territórios Palestinos.....	32
Figura 10 - Mapa dos checkpoints da Cisjordânia.....	33
Figura 11 — Trabalhadores palestinos em fila no checkpoint.....	34
Figura 12 — Áreas em km ² da Palestina e Israel em 2020.....	35
Figura 13 — Gráfico do aumento dos assentamentos israelenses (1972-2018).....	37
Figura 14 — Mapa de assentamentos na Cisjordânia.....	38
Figura 15 — Mapa da Faixa de Gaza e equipamentos públicos.....	46
Figura 16 — Mapa do bloqueio e controle da Faixa de Gaza.....	47
Figura 17 — Mapa dos ataques de 7 de outubro.....	53
Figura 18 — A cada uma hora (sobre)vivendo em Gaza (informações de 1 de novembro de 2023).....	54
Figura 19 — Foto do campo de refugiados de Deir Al-Balah em Gaza (janeiro de 2024).....	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONCEITO DE NECROPOLÍTICA E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO PALESTINO.....	15
Sionismo, Al-Nakba e a limpeza étnica palestina.....	17
Fragmentação territorial e reclusão.....	28
Vigilância.....	32
Expansão dos assentamentos israelenses.....	34
Guerra infraestrutural.....	39
Um pouco sobre a Faixa de Gaza e Hamas.....	43
A mídia como dispositivo necropolítico e a representação de Palestinos e árabes no Ocidente.....	48
Conflito de 7 de Outubro de 2023.....	52
Solução de dois Estados para alcançar a paz?.....	57
3. RESSALVAS DO CONCEITO DE NECROPOLÍTICA DE MBEMBE.....	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

Desde a Resolução 181 de 1947 da ONU (THE AVALON PROJECT, 2018)¹ que levou à criação do Estado de Israel e da Palestina, a região vive em conflito, devido à partilha territorial (Figura 1). Nesta partilha, os judeus ficaram com cerca 55% da porção territorial e árabes palestinos com 45%, sendo que a população árabe correspondia a cerca de 70% do total (CLEMESHA, 2008). Ainda, a terra atribuída ao povo árabe era menos fértil, devido ao difícil acesso à água potável (que é controlada por Israel) e à proximidade com regiões áridas, dificultando a prática de agricultura (RODRIGUES JÚNIOR, 2006).

É importante frisar que essa divisão desigual, e intencionalmente desfavorável aos palestinos, é um dos principais fatores para a ocorrência de conflitos atuais e também da dificuldade de palestinos se organizarem espacialmente, uma vez que ela foi deliberadamente projetada para atender aos interesses de Israel, sem a participação dos palestinos para a realização do plano de partilha (PAPPE, 2022). Desde então, diversos conflitos elevaram o número de refugiados palestinos e seu território se reduziu perante o domínio israelense. A política gerenciada pelo Estado de Israel é clara ao mostrar que deseja todo o território para si ao continuar realizando a *limpeza étnica*² do povo palestino.

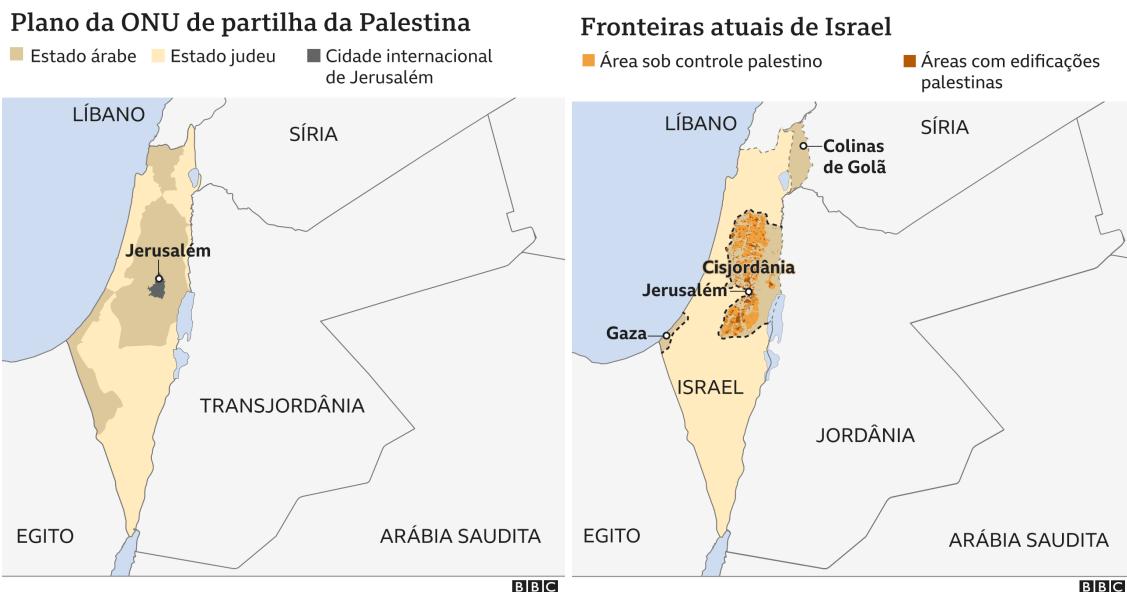
¹ The Avalon Project : UN General Assembly Resolution 181. Text. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/20th_century/res181.asp>. Acesso em: 26 jun. 2024.

²“As ethnic cleansing has not been recognized as an independent crime under international law, there is no precise definition of this concept or the exact acts to be qualified as ethnic cleansing. A United Nations Commission of Experts mandated to look into violations of international humanitarian law committed in the territory of the former Yugoslavia defined ethnic cleansing in its interim report [S/25274](#) as "... rendering an area ethnically homogeneous by using force or intimidation to remove persons of given groups from the area." In its final report [S/1994/674](#), the same Commission described ethnic cleansing as "... a purposeful policy designed by one ethnic or religious group to remove by violent and terror-inspiring means the civilian population of another ethnic or religious group from certain geographic areas."

The Commission of Experts also stated that the coercive practices used to remove the civilian population can include: murder, torture, arbitrary arrest and detention, extrajudicial executions, rape and sexual assaults, severe physical injury to civilians, confinement of civilian population in ghetto areas, forcible removal, displacement and deportation of civilian population, deliberate military attacks or threats of attacks on civilians and civilian areas, use of civilians as human shields, destruction of property, robbery of personal property, attacks on hospitals, medical personnel, and locations with the Red Cross/Red Crescent emblem, among others.

The Commission of Experts added that these practices can "... constitute crimes against humanity and can be assimilated to specific war crimes. Furthermore, such acts could also fall within the meaning of the Genocide Convention."(UNITED NATIONS, [s.d.])

Figura 1 — Mapa do Plano da ONU de partilha e fronteiras atuais Palestina/Israel



Fonte: BBC (2019). Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57147042>>. Acesso em: 10 agosto 2024.

Um conceito destaque à temática é o de *biopoder*, debatido por dois autores do século XX. Foucault (2008) utiliza este para discutir como o Estado passa a administrar o coletivo através de dispositivos de segurança de modo a reduzir conflitos (sejam eles prisões, guerras, economia, etc.). Assim, ele define *biopoder* como "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder" (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Mbembe (2018) complementa as ideias foucaultianas ao trazer o ponto de vista colonialista e racista, a necropolítica, a qual o poder do Estado escolhe quem deve morrer e quem deve viver para manter a ordem social. Ainda para o autor, o conceito de biopoder é insuficiente para explicar como as vidas podem estar submetidas ao poder da morte.

O conflito expresso neste trabalho teve novas atualizações recentemente que reforçam a conexão com este conceito. Em 7 de outubro, o muro erguido por Israel em torno da Faixa de Gaza foi rompido por ação com organização atribuída ao grupo Hamas³. Nesse dia, a

³ A Faixa de Gaza é controlada pelo Hamas, movimento islâmico fundado em 1988 durante a primeira intifada em 1988, lançando um campanha de guerrilha e terrorismo contra Israel.

Cisjordânia amanheceu com explosões e ocorreram revoltas na Faixa de Gaza. Além da queda do muro, ocorreram assassinatos e sequestros de reféns israelenses (BARGHOUTI, 2023).

Desde então, em contra ofensiva violenta ao ataque do grupo Hamas, as Forças Armadas israelenses seguem atacando Gaza de forma inclemente, numa ofensiva aérea e terrestre responsável por um rastro de mortes, destruição, deslocamentos forçados e sofrimento provocado pelos ataques e pelo bloqueio a itens básicos para a sobrevivência humana (BARGHOUTI, 2023). De acordo com jornalistas do Al Jazeera⁴, o número de palestinos mortos até a data de 26 de junho de 2024 é de 37.718 na Faixa de Gaza (principalmente mulheres e crianças); e de israelenses, é de 1.139 mortos; e de feridos são 86.377 palestinos e 8.730 israelenses (AJLABS, 2024).

Esse cenário ilustra o conceito de necropolítica de Achille Mbembe⁵, que descreve como o Estado exerce poder sobre a vida e a morte para manter a ordem social. As ações das Forças Armadas israelenses exemplificam a necropolítica ao submeter a população de Gaza a condições extremas de violência e privação de direitos, demonstrando o controle estatal sobre quem deve viver e quem deve morrer.

Neste sentido, é esperado confirmar se a teoria de necropolítica de Mbembe é capaz explicar e citar as táticas necropolíticas usadas por Israel para conquistar territórios palestinos. E se sim, como elas funcionam como *dispositivo de controle*, conceito de Foucault (2000), que manipula a visão da sociedade, interferindo e manipulando o imaginário social. O autor define este dispositivo como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244⁶ apud DE AMORIM MARCELLO, 2004, p.200).

⁴ Al Jazeera é uma emissora, financiada pelo governo do Catar, ela se distingue de outras fontes jornalísticas devido à sua cobertura diferenciada e cobertura in-loco.

⁵ O conceito de necropolítica será explicado com mais detalhes em seções posteriores deste trabalho.

⁶ FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

Complementando a definição de dispositivo de Foucault, Dreyfus e Rabinow⁷ (1995, p. 135 apud DE AMORIM MARCELLO, 2004, p.200) sugerem que o mesmo diz respeito às “práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando”. Ou seja, as políticas de ocupação e expansão territorial de Israel podem atuar como dispositivo de controle não somente com ações militares e controle infraestrutural, mas também ao retratar a população palestina como agressora e nomeando as violências desproporcionais israelenses como “direito de autodefesa”.

Assim, o objetivo geral do presente estudo é aplicar o conceito de necropolítica desenvolvido por Achille Mbembe para compreender a ação espacial do Estado de Israel diante dos territórios palestinos. E como objetivos mais específicos: identificar e interpretar o fenômeno de controle espacial a partir das teorias de Mbembe, analisar as estratégias israelenses para a dominação do território palestino e ilustrar como o colonialismo tem um papel fundamental para compreender o atual conflito territorial Israelo-Palestino.

Para isso, também será relatado brevemente o conflito mais recente que teve início em 7 de outubro de 2023 e dura até a data de hoje, 06 de agosto de 2024.

Por fim, as considerações finais serão apresentadas, amarrando os elementos discutidos ao longo do trabalho e refletindo sobre as implicações dessa dinâmica para a compreensão do conflito e da situação atual dos palestinos.

⁷DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

2. CONCEITO DE NECROPOLÍTICA E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO PALESTINO

Como mencionado, em seu livro, *Necropolítica*, Achille Mbembe (2018) propõe expor os limites da soberania sobre a vida e a morte. Michael Foucault através da sua teoria do biopoder sinaliza como o Estado passa a administrar o coletivo através de dispositivos de segurança, de modo a reduzir conflitos sejam eles quais forem (pandemia, guerras, economia, etc.).

Ao escolhermos o Estado como detentor do monopólio da violência em prol de proteção, através do contrato social, trocamos uma violência potencial por outra. O conceito de contrato social, usado pelos filósofos contratualistas, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, refere-se a um acordo implícito entre os indivíduos e a autoridade governante. Neste acordo, os cidadãos consentem em ceder parte de sua liberdade e aceitar a autoridade do Estado em troca de segurança e ordem (NUNES, ROLIM, 2023).

O monopólio da violência, por sua vez, é um conceito discutido pelo sociólogo Max Weber. Ele define o Estado como a entidade que detém o monopólio legítimo do uso da força física dentro de um determinado território. Esse monopólio é considerado necessário para a manutenção da ordem e da segurança, prevenindo a anarquia e a violência desenfreada. No entanto, essa concentração de poder também implica que o Estado possui a autoridade para decidir quando e como utilizar a violência, o que pode levar a abusos de poder.

Mbembe (2018) complementa as ideias foucaultianas trazendo uma perspectiva colonialista e racista através do conceito de necropolítica, onde o poder do Estado decide quem deve morrer e quem deve viver para manter a ordem social. Essa forma de governança revela-se particularmente brutal em contextos coloniais, onde certos grupos são sistematicamente desumanizados. No caso do conflito israelo-palestino, a necropolítica se manifesta nas políticas de ocupação, segregação e repressão que perpetuam a violência aos palestinos.

Em *Necropolítica*, Mbembe expõe termos como estado de exceção (SCHMITT, 2000⁸ apud MBEMBE, 2018), política conforme à modernidade, soberania e racismo. Explica como

⁸ Carl Schmitt, *La Dictature*. Paris: Scuil, 2000, pp. 210-228, 135-136, 250-251, 155-156; id., *La Notion de politique. Théorie du partisan*. Paris: Flammarion, 1991.

a política moderna é “um exercício de razão e, no entanto, considera a política e a soberania como uma forma de guerra” (2018, p. 16) e administração da vida e morte, transgredindo assim todos os limites impostos pela razão moderna, em um movimento dialético.

Para a soberania funcionar como o direito de matar, Mbembe (2018) explica da necessidade de criar um inimigo ficcional como mecanismo, e para isso às vezes é utilizado o conceito de raça, facilitando assim o controle das pessoas e o exercício do biopoder: “esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Junto a essas premissas, Mbembe (2018) faz um exercício, de que é importante pensar no Estado moderno não de forma abstrata, mas imaginar ele como unidade política detentora de um território e que suas ações estão restritas a uma fronteira. Assim, utilizar da premissa que certo território não tem dono ou tem como princípio a desordem por não ter um Estado moderno controlando-o facilita a criação da imagem de “mundo selvagem”, em que não há normas legais e constitucionais, e a existência de um inimigo em comum, é isso que o Estado colonial faz.

O espaço é a matéria-prima da soberania e violência que ela carrega consigo. Logo, destaca-se a relevância da espacialização no conceito de necropolítica. Além de fazer referência ao regime de apartheid⁹ na África do Sul, o filósofo camaronês também direciona seu olhar para a Palestina, identificando-a como uma manifestação contemporânea de ocupação colonial, sendo descrita como "a forma mais bem sucedida de necropoder" (2018, p. 41).

Assim, este capítulo segue a demonstrar quais são as táticas de necropolítica utilizadas por Israel que são identificadas no trabalho de Mbembe. Ele cita algumas características principais que Israel utiliza que estão ligadas ao necropoder, ou melhor, táticas de terror. Elas são a limpeza étnica, fragmentação territorial, vigilância, expansão dos assentamentos, reclusão e guerra infraestrutural. Além dessas, é comentado sobre uso da mídia e a suposta

⁹ O regime de apartheid foi um sistema de segregação racial institucionalizada que ocorreu na África do Sul de 1948 a 1994 (oficialmente). Esse regime separava rigidamente a população sul-africana em grupos raciais, privilegiando a minoria branca enquanto discriminava severamente a maioria negra. As leis do apartheid restringiam o acesso dos negros a áreas residenciais, educação, empregos e serviços públicos, perpetuando desigualdades profundas e violência estrutural. Diversos autores compararam a situação da Palestina atual ao regime de segregação da África do Sul.

solução de dois Estados para o alcance da paz também podem ser vistos como dispositivos. Ao fim, também foi acrescentado ressalvas quanto à teoria de Mbembe.

Sionismo, *Al-Nakba* e a limpeza étnica palestina

Para contextualizar a *Nakba* e os processos que Illan Pappe explica como limpeza étnica, deve ser realizada uma contextualização cuidadosa, desfazendo mitos e abordando realidades históricas frequentemente ignoradas. Primeiramente, é crucial desfazer a ideia de que a Palestina era uma "terra sem povo" antes da chegada dos sionistas. Pelo contrário, o povo palestino estava exposto a integrações de outras culturas e aberto a mudanças e à modernização (PAPPE, 2022).

Essa falsa narrativa foi disponibilizada no site do Ministério das Relações Exteriores israelense¹⁰: “Ao final do século XVIII, boa parte das terras pertenciam a senhores ausentes e eram arrendadas por fazendeiros empobrecidos em contratos de inquilinato [...]” (HISTORY, [s.d]) e de que somente após a migração judaica (meados do século XVI) a terra prosperou, dando a ideia de que a Palestina do século XVI era predominantemente judaica e a força comercial se concentrava nas comunidades judaicas da região. No entanto, isso não é verídico.

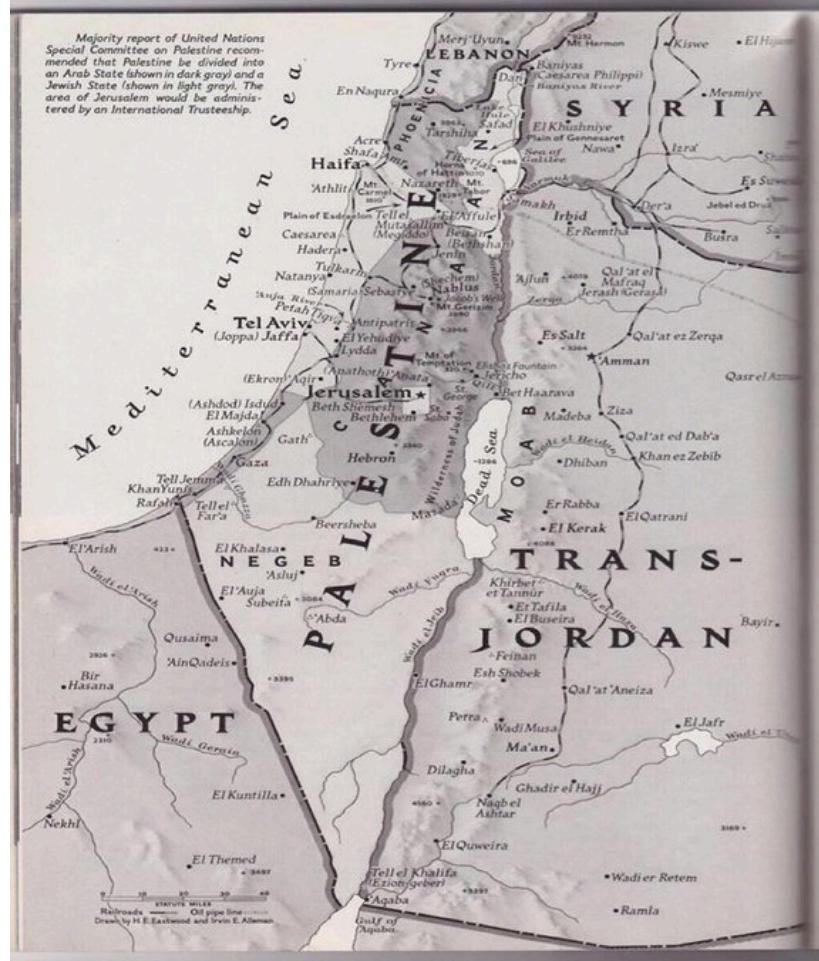
Desconhece-se a porcentagem exata de judeus antes da ascensão do sionismo. No entanto, é provável que fosse da ordem de 2 a 5 por cento. De acordo com os registros otomanos, uma população total de 462.465 pessoal residia, em 1878, no que hoje compõe Israel/Palestina. Desse número, 403.795 (87 por cento) eram muçulmanos, 43.659 (10 por cento) eram cristãos e 15.011 (3 por cento) eram judeus (MENDEL, 2014¹¹, p. 188 apud PAPPE, 2022, p.32).

A região estava habitada por uma população árabe diversa e culturalmente rica, que vivia em cidades e vilarejos bem estabelecidos (PAPPE, 2022). Segundo esse mito, existe outro, de que os judeus eram um "povo sem terra" que encontrou uma "terra sem povo" na Palestina.

¹⁰ History: Foreign Domination. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/san-francisco/AboutIsrael/history/Pages/History-Foreign-Domination.aspx>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

¹¹ MENDEL, Yonatan. The Creation of Israeli Arabic: Political and Security Considerations in the Making of Arabic Language Studies in Israel. Disponível em: <<https://www.palestine-studies.org/en/node/198579>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

Figura 2 — Mapa da região historicamente conhecida como Palestina.



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em:
[<https://twitter.com/KhaleejMag/status/1283712116676005889/photo/1>](https://twitter.com/KhaleejMag/status/1283712116676005889/photo/1)

O sionismo, movimento político e ideológico surgido no final do século XIX, possui múltiplas interpretações que refletem a diversidade de visões sobre sua natureza e objetivos. De um lado, o sionismo é descrito como um movimento nacionalista judeu que visa o retorno dos judeus à terra dos seus ancestrais, a Palestina, em resposta ao antisemitismo e às perseguições enfrentadas na Europa.

The Zionist movement's program contained both ideological and practical elements aimed at promoting the return of Jews to the Land; facilitating the social, cultural, economic, and political revival of Jewish national life; and attaining an internationally recognized, legally secured home for the Jewish people in its historic homeland, where Jews would be free from persecution and able to develop their own lives and identity (HISTORY, [s.d.]).

Por outro lado, críticos do sionismo o veem como um projeto colonialista e expansionista, comparável a outras formas de colonialismo europeu, que desconsidera a

presença e os direitos da população árabe nativa da Palestina. Esta visão destaca os aspectos de desapropriação, deslocamento e conflito que surgiram como consequência direta da implementação dos objetivos sionistas na região.

À semelhança dos outros colonizadores, os sionistas estabeleceram um território para criar um porto de abrigo para os judeus perseguidos da Europa. O sionismo iniciou-se como um movimento nacional europeu, mas transformou-se num movimento colonialista quando os seus líderes decidiram realizar a sua visão de um reviver nacional na terra da Palestina (PAPPE, 2004, p. 64).

Ademais, o Império Britânico usava a ideia de “retorno dos judeus à Palestina no centro de um plano estratégico para tomar a Palestina e transformá-la em uma entidade cristã.”(PAPPE, 2022, p. 44). A estratégia seria ter os judeus como aliados para ajudar na queda do Império Otomano e aprofundar sua influência na “Terra Santa”, convertendo a ideia antisemita europeia em um projeto de assentamento.

Essa aliança passou a ser de conhecimento público com a proclamação da Declaração Balfour em 2 de novembro de 1917 - uma carta do secretário de assuntos exteriores da Grã-Bretanha aos líderes da comunidade anglo-judaica, prometendo a eles pelo apoio para a criação de uma pátria judaica na Palestina (PAPPE, 2022, p.53).

Além disso, inicialmente, antes de tornar um movimento político reconhecido internacionalmente¹² por Theodor Herzl¹³ “o sionismo era um projeto cristão de colonização antes de se tornar judeu”(PAPPE, 2022, p.43). Assim, o retorno dos judeus parte inicialmente de uma convicção religiosa cristã e da islamofobia, pois para Grã- Bretanha era preferível uma colônia judaica a uma comunidade islâmica.

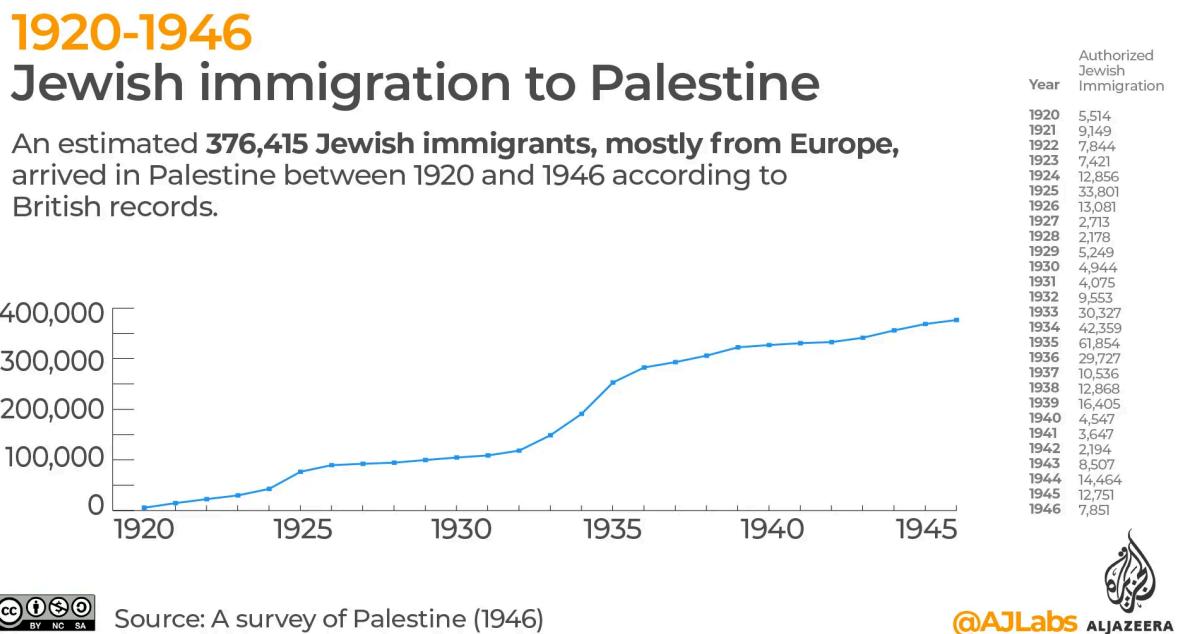
Os primeiros assentamentos judeus, estabelecidos no final do século XIX e início do século XX, marcaram o início de um processo sistemático de colonização, que envolveu a compra de terras e a subsequente expulsão de camponeses árabes que nelas viviam e trabalhavam. Conforme Montenegro (2007), a imigração de judeus correspondeu a “450 mil imigrantes aí chegados legalmente, ou não, durante o mandato inglês” (p.136) (ver Figura 3).

Os colonizadores sionistas iniciais direcionaram a maioria de sua energia e recursos para a compra de lotes de terra, em uma tentativa de entrar no mercado local de trabalho e criar redes sociais e comunitárias que pudesse sustentá-los, na condição de um grupo de recém-chegados pequeno e economicamente vulnerável (PAPPE, 2016, p. 33).

¹² No entanto, o processo não foi bem sucedido até receber apoio dos Estados Unidos, mais precisamente do presidente John Adams (1735-1826), conforme lembra Pappe (2022).

¹³ Theodor Herzl foi um jornalista judeu austro-húngaro que se tornou fundador do moderno Sionismo político.

Figura 3 — Gráfico da migração judaica para Palestina ao longo do tempo (1920-1946)



Fonte: A survey of Palestine (1946); AJLabs (2020). Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>>

Desde o início, o sionismo incorporou elementos de colonialismo e racismo, como Losurdo (2020) defende. Losurdo cita Hannah Arendt que compara o “pan semitismo”¹⁴ ao pangermanismo, conclusão radical orientada pelas filosofias que Herzl usou para fundar o sionismo político. As práticas adotadas pelo sionismo tem como base a discriminação, desumanização, os direitos dependem do pertencem ao pertencimento étnico (LOSURDO, 2020).

Como informa a imprensa estadunidense, é possível ser deportado não somente com base em uma suspeita mas também por vínculos de parentesco com um jovem suspeito de ter lançado uma pedra contra um soldado israelense. E corre-se esse risco sempre e somente sendo palestino. Tudo isso não é racismo? (LOSURDO, 2020, p.38).

Ademais, Pappe (2022) defende a ideia de que o sionismo, assim como os movimentos europeus que colonizaram a América, África, Austrália e Nova Zelândia, era um movimento colonialista de povoamento:

¹⁴ Hahhah Arendt, *Ebraismo e modrnitá*, cit, p. 101-2.

Um dos principais acadêmicos estudiosos da colonização de povoamento, Patrick Wolfe, argumenta que esses projetos coloniais eram motivados pelo que ele chama de “lógica de eliminação”[...] Como indica Wolfe, algumas vezes essa lógica envolveu genocídios de fato, e, em outras, a limpeza étnica ou um regime opressivo que negasse quaisquer direitos aos nativos (PAPPE, 2022, p. 88).

Em 1947 quando o Mandato Britânico chegou ao fim, a questão da Palestina foi transferida para ONU, gerando o Plano de Partilha de 29 de novembro de 1947¹⁵, criado por representantes com pouco ou nenhum conhecimento prévio da questão palestina, contando com a ideia de divisão do território vindo do movimento sionista e excluindo os palestinos da decisão, ignorando totalmente a composição étnica do país¹⁶ (PAPPE, 2022).

Ao fim do Mandato Britânico, os sionistas estavam muito bem preparados, diplomaticamente e militarmente, preparando-se para um futuro confronto. “Em 15 de maio de 1948, os ingleses saíram do comando oficialmente e a Agência Judaica imediatamente declarou a fundação do estado judeu na Palestina, reconhecido oficialmente pelas duas superpotências da época, os EUA e a URSS”(PAPPE, 2016, p. 60).

Deu início ao Plano Dalet, que consistia em ocupar rapidamente sistematicamente instalações civis e militares, limpar o futuro estado judeu do maior número de palestinos (com esforços do Haganá¹⁷), ocupando vilarejos e centros urbanos (Haifa, Jerusalém, Safad, Acre, Baysan e Jaffa), massacrando a população palestina (PAPPE, 2016). Durante a expulsão dos palestinos de seus vilarejos, além de violência generalizada, ocorreram aprisionamentos em campos de trabalho forçado e estupros:

Piores ainda eram os campos de trabalho. A ideia de usar prisioneiros palestinos para o trabalho forçado veio do comando militar israelense e recebeu o apoio dos políticos.[...] As autoridades usaram os prisioneiros para qualquer tarefa que ajudasse a fortalecer tanto a economia israelense quanto a capacidade do exército (PAPPE, 2006, p. 237).

As narrativas orais expuseram a ocorrência de casos de estupro ao longo de toda ocupação dos vilarejos palestinos; do vilarejo de Tantura em maio até o vilarejo de Qula em junho, terminando com uma história de abuso e estupro depois da outra nos vilarejos tomados durante a operação Hiram. Muitos dos casos foram corroborados pelos funcionários da ONU que, nos vilarejos, entrevistaram diversas mulheres dispostas a se apresentarem e falar sobre o ocorrido (PAPPE, 2006, p. 246).

¹⁵ Ou também conhecida como a Resolução 181, anteriormente comentada.

¹⁶ A população em 1947 se configurava de dois terços de palestinos e um terço de judeus recém-chegados.(PAPPE, 2016).

¹⁷ “Fundada na década de 20 como a força de defesa da Yushiv [assentamentos judeus existentes na Terra Santa antes da criação do Estado de Israel]. Principal organização clandestina até 1948, ano em que se transformou na Força de Defesa de Israel, juntamente com o Irgun e o Stern Gang (Lehi)”(PAPPE, 2004, p. 353).

Assim, iniciou-se a limpeza étnica ou *Nakba*, que em árabe significa catástrofe, termo utilizado pelos palestinos e pelo mundo árabe para designar a guerra de 1948. De acordo com Pappe (2004), resultou na expulsão de aproximadamente 750.000 árabes de suas casas e vilarejos (quase 90% da população do que passou a ser designado Estado judeu). A Figura 4 demonstra o impacto da *Nakba* e da evolução da ocupação judaica decorrente do sionismo.

Dos cerca de 850.000 palestinos que viviam nos territórios designados pela ONU como Estado judeu¹⁸, apenas 160.000 permaneceram nas suas terras e lares ou nas suas proximidades.[...] Os restantes foram expulsos ou fugiram sob a ameaça de expulsão, tendo alguns milhares morrido em massacres.

[...]

Ao chegar o Inverno de 1948, encontravam-se já em tendas fornecidas por organizações internacionais de caridade, aquecidos apenas pela resolução da ONU que lhes prometia um regresso rápido aos seus lares.

[...]

A Palestina foi perdida pelos palestinos na guerra de 1948, tanto na frente diplomática quanto no campo de batalha.

[...]

No entanto, a comunidade judaica de 660.000 pessoas sofreu 6000 baixas, das quais 2000 eram civis: ao todo, 1% da população (PAPPE, 2004, p.177-178).

Importante frisar que a limpeza étnica foi apontada como crime contra a humanidade e crime de guerra em tratados nacionais, como a International Criminal Court (ICC)¹⁹, as leis internacionais afirmam que seu objetivo é punir e deter aqueles que incitam ao genocídio ou iniciam uma campanha de limpeza étnica, assassinato e estupro, e que brutalizam civis, mas novamente, a limpeza étnica é apontada porém não reconhecida legalmente como crime (REIDY, 2024)²⁰.

¹⁸ Repare, esse número corresponde apenas aos palestinos que viviam no território judeu, conforme Resolução 191 da ONU, não corresponde a totalidade de palestinos de ambos os territórios. “Directly before the Nakbah, the total population of Palestine was 2,042,600, of whom 1,393,000, or 68.2%, were Arabs, while the number of Jews was 649,600, or 31.8%” (NAML, 2004, p. 115 apud NAML, 2010, p. 73).

¹⁹ “The Statute sets out the Court’s jurisdiction over genocide, crimes against humanity, war crimes and – as of an amendment in 2010 – the crime of aggression. In addition to jurisdiction, it also addresses issues such as admissibility and applicable law, the composition and administration of the Court, investigations and prosecution, trials, penalties, appeal and revision, international cooperation and judicial assistance, and enforcement. 2021.” Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/resource-library>. Acesso em: 9 jul. 2024.

²⁰ REIDY, Eric. Ethnic cleansing isn’t a crime. Should it be? Disponível em: <<https://www.thenewhumanitarian.org/interview/2024/01/24/israel-palestine-gaza-ethnic-cleansing-isnt-crime-should-it-be>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Figura 4 — Mapa do Impacto da Nakba e do sionismo

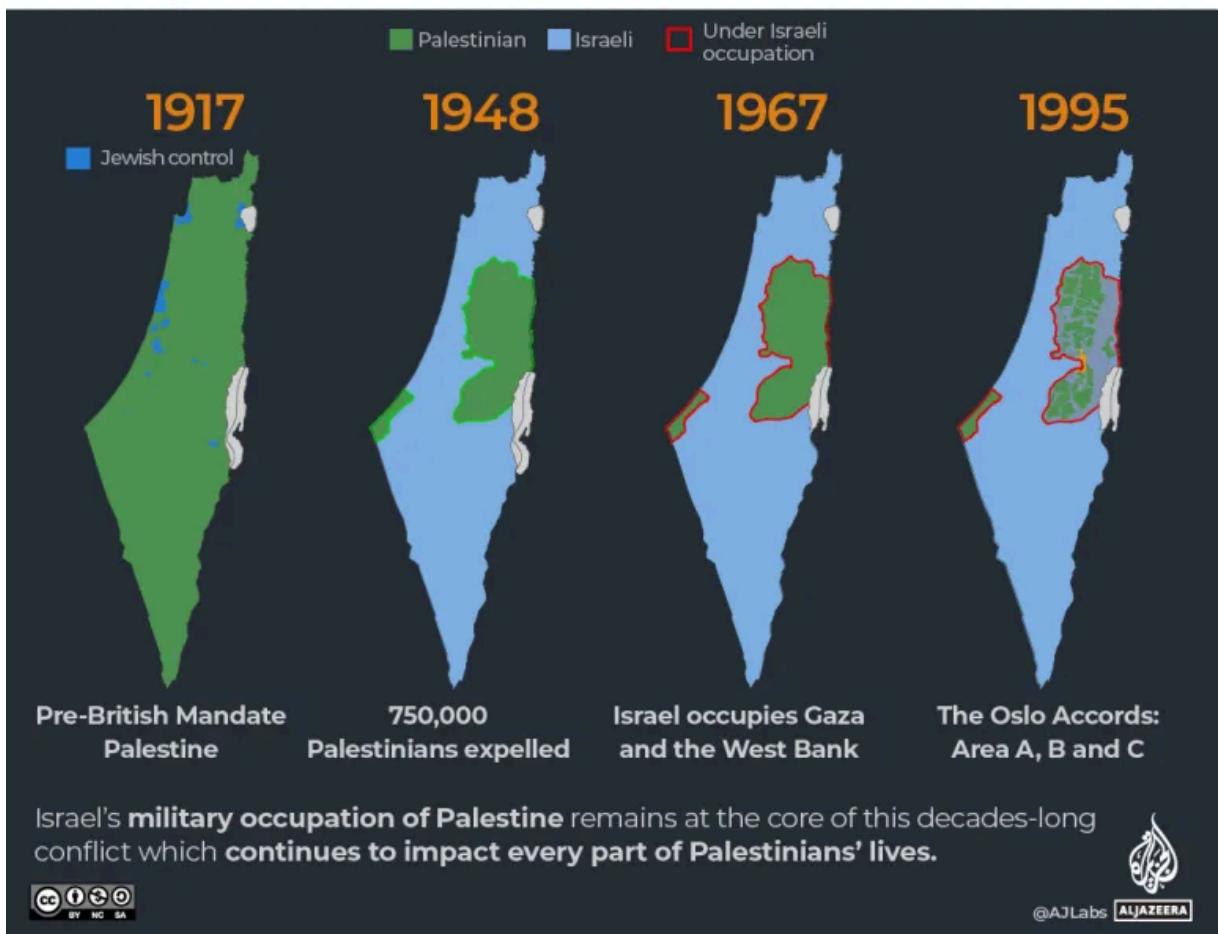
THE NAKBA

What is the Nakba?

Every year, on

May 15

Palestinians around the world mark the Nakba, or **catastrophe**, referring to the ethnic cleansing of Palestine in 1948.



Fonte: AJLabs - AlJazeera (2020). Disponível em:<<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>>

Os refugiados da *Nakba* buscaram refúgio em países vizinhos como Líbano, Síria, Jordânia e o Egito, além de áreas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (Figura 5). Este êxodo foi provocado por uma combinação de violência direta, como massacres e expulsões, e o medo generalizado instigado pelas operações militares israelenses iniciadas em 1948. Os refugiados palestinos, desde então, têm vivido em condições precárias, muitas vezes em campos

superlotados, enfrentando desafios constantes de segurança, educação e saúde²¹, além de lutar pelo direito de retorno às suas terras ancestrais, um direito reconhecido pelo direito internacional, mas até hoje negado por Israel. A questão dos refugiados continua sendo um dos pontos centrais do conflito israelo-palestino e uma ferida aberta na história do povo palestino.

Uma pesquisa realizada em 1998 chegara a um total de 4,2 milhões de palestinos, dos quais 83,2% são refugiados, sobre os 203 mil e quinhentos que viviam nos EUA. Nos países árabes, a proporção de refugiados fica em 83% no Egito, 95% na Síria e no Líbano e atinge a totalidade dos que vivem na Líbia, no Iraque, na Arábia Saudita e nos emirados do Golfo. Somente na Jordânia – ou seja, o mais perto possível da Palestina ocupada, e apesar de seu peso demográfico –, essa proporção é menor – embora 74,8% dos palestinos, inclusive boa parte daqueles aí nascidos, mantenham o estatuto de refugiados.

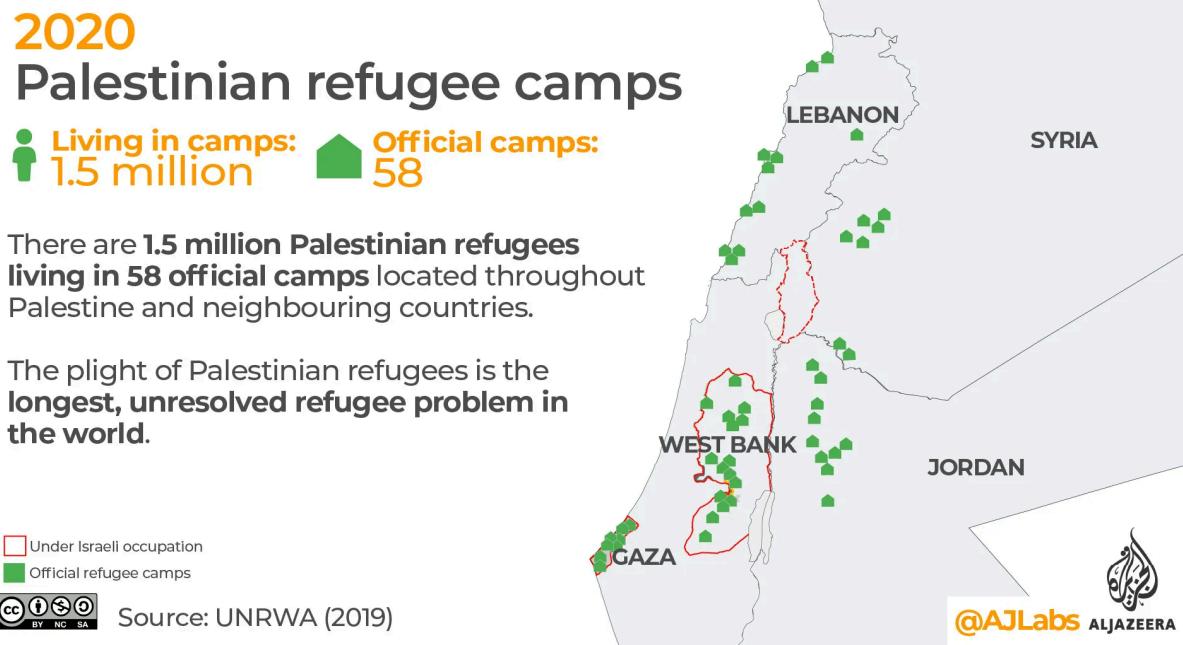
Em 2002, embora 5,2 milhões de palestinos continuassem ainda dispersos neste “vasto mundo” e numa verdadeira diáspora (contra 3 milhões em 1991 e 4,5 milhões em 2000)²² – há que lembrar que esses dados incluem também os árabes israelenses (descendentes dos palestinos de 1948)²³. Mais de vinte anos se passaram desde que o Conselho Nacional Palestino e a OLP reconheceram o direito à existência de Israel – respectivamente em 1988 e em 1993 – dentro das fronteiras de antes de 1967, evidentemente. Mas a Palestina, mesmo reduzida a somente 22% de sua superfície histórica, ainda não obteve seu reconhecimento nem sua instituição como Estado. (COURBAGE, 2002, p. 182; GRANGE; DE VERICOURT, 2000, p.55; BISHARA, 2002, p. 72 apud MONTENEGRO, 2007)

²¹ NAÇÕES UNIDAS. Fome já é generalizada em Gaza, alerta ONU | ONU News. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825622>. Acesso em: 9 jul. 2024.

²² Courbage, (2002, p.182), segundo o Crescente Vermelho e o Escritório Central de Estatística da Palestina. Disponível em: COURBAGE, Youssef. La demografie des Palestiniens... In : MARDAM-BEY, Farouk; SANBAR, Elias. Le droit au retour: le probleme des refugiés palestiniens. Paris: Actes de Sud, 2002. p.182.

²³ Por muito tempo ameaçados pelo confisco de suas terras em 1976 e 1996 (quando o governo Netanyahu considerou aumentar a presença judia na Galiléia, onde os refugiados continuam mais numerosos); e ainda em 1999, quando os partidos árabes de Israel o reivindicavam, à época da eleição de Barak: (Grange; De Vericourt, 2000, p.55; Bishara, 2002, p. 72) . Uma lei de 31 de julho de 2003 nega a nacionalidade israelense aos Palestinos de Gaza e da Cisjordânia casados com israelenses (Revue Pour la Palestine, 2003, p. 29-31). Disponível em: GRANGE, Jocelyn; DE VERICOURT,Guillemette. Questions sur les Palestiniens, les essentiels. Milan: 2000. 64p.

Figura 5 — Mapa dos campos de refugiados palestinos (2020)



Fontes: UNRWA (2019); AJLabs - AlJazeera (2020). Disponível em:<<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>>

A limpeza étnica sistemática visava criar uma maioria judaica no novo Estado de Israel, ao mesmo tempo em que negava aos palestinos o direito de retorno às suas terras. O direito de retorno é uma das questões mais controversas no conflito israelo-palestino. Os refugiados palestinos, espalhados por países vizinhos e em Territórios Ocupados, mantém a reivindicação de retornar às suas casas, um direito reconhecido pela ONU²⁴, mas continuamente negado por Israel. Essa negação está enraizada no desejo de Israel de manter uma maioria demográfica judaica, uma meta central do sionismo desde seu início.

No âmago da recusa de permitir o direito de retorno dos palestinos está o medo dos judeus israelenses de que algum dia eles sejam numericamente ultrapassados pelos árabes. A perspectiva que isso conclama - que a sua fortaleza possa estar ameaçada - provoca sentimentos tão fortes que os israelenses já nem ligam mais que suas ações possam receber a condenação de todo o mundo. O princípio de manter a todo custo uma esmagadora maioria judia supera qualquer outra preocupação política e mesmo civil [...] (PAPPE, 2016, p. 288)

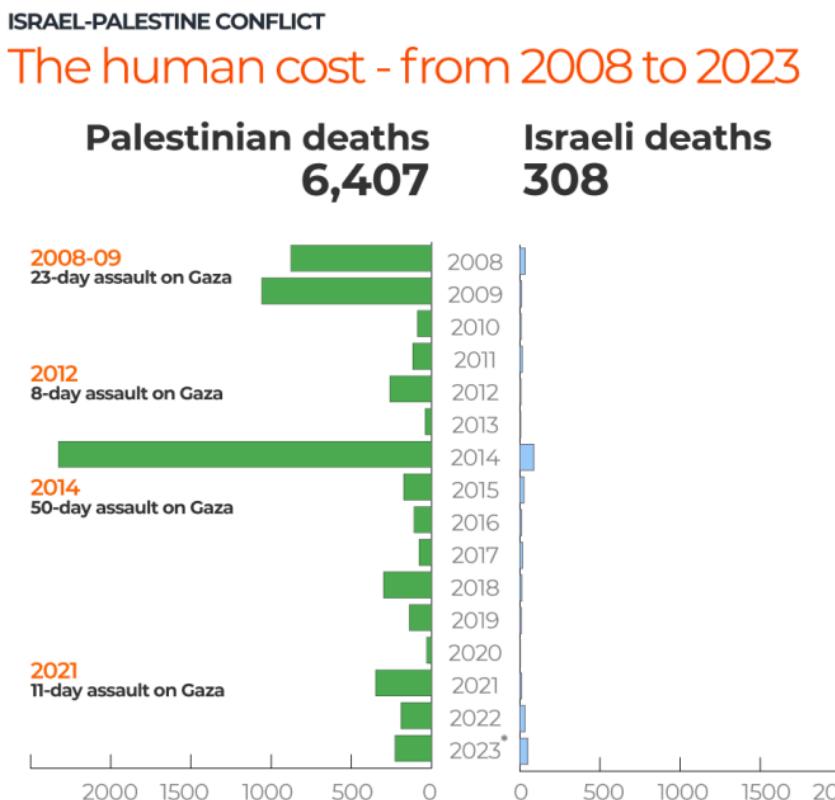
²⁴ Resolução 194, adotada em 11 de dezembro pela ONU, previa o direito de retorno dos palestinos. A/RES/194 : UN Documents : Security Council Report. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/ip-ares-194.php>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

É difícil contabilizar o impacto da *Nakba* em números, as condições e a amplitude desse êxodo levaram à criação da UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for the Palestinians Refugees in the Near-East), subordinada à ONU, com início das operações em 1950.

[...] Nakba, a “catástrofe” que resultou em 15.000 mortos e cerca de 780.000 a 800.000 expulsos, do total de 1.400.000 habitantes das 531 vilas e cidades instaladas em 85% das terras destinadas ao novo Estado. O armistício imposto aos exércitos vencidos do Egito, Líbano, Síria e Jordânia atribuía a Israel cinco milhões de acres adicionais; e o que restava da Palestina histórica era deixado, ou melhor, largado à tutela inglesa [que posteriormente entregou a responsabilidade à ONU]. (MONTENEGRO, 2007, p. 139)

As mortes de palestinos não se restringem apenas à Nakba; conflitos frequentes com Israel continuam a afligir a população palestina, resultando em numerosas mortes. Embora também ocorram mortes entre israelenses, o número de vítimas palestinas é desproporcionalmente maior. Este desequilíbrio é refletido nas contínuas tensões e confrontos na região, onde os palestinos enfrentam não apenas a violência direta, mas também as consequências de políticas restritivas e operações militares que exacerbam a crise humanitária (ver Figura 6).

Figura 6 — Gráfico de mortes de 2008 a agosto de 2023



CC BY NC SA *Until August 31, 2023
Source: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs | October 7, 2023 @AJLabs ALJAZEERA

Fontes: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (2023); AJLabs (2023). Disponível em:<<https://www.aljazeera.com/news/2023/10/7/palestinian-group-hamas-launches-surprise-attack-on-israel-wh-at-to-know%gt;>

Ao analisar o sionismo, é essencial reconhecer tanto suas raízes históricas e motivações quanto suas consequências práticas para a população palestina. Este movimento, que começou como uma resposta às perseguições enfrentadas pelos judeus, evoluiu para um projeto colonialista que tem perpetuado a violência, a desigualdade e a segregação dos palestinos. Compreender essa dinâmica é fundamental para qualquer discussão atual sobre o conflito e porque o acontecimento de 7 de outubro inicialmente foi visto como um ato de liberdade para maioria palestina²⁵.

²⁵ “In this context, seeing those images and videos of the prison wall torn down in Gaza is liberating. Their symbolic power cannot be overstated.”(BARGHOOUTI, 2023).

Fragmentação territorial e reclusão

Após a *Nakba*, limpeza étnica que ocorreu em 1948 na Palestina, como citado anteriormente, ocorreram os Acordos de Oslo²⁶, que foram realizados em 1993 e 1995, e tomaram como base a Resolução 242²⁷ do Conselho de Segurança da ONU. Estes acordos, também representam negociações assimétricas entre o Estado de Israel e o povo da Palestina, dividindo a Palestina em bantustões²⁸, criando áreas A, B e C, na Cisjordânia e Faixa de Gaza, representadas pela Figura 7.

A área **A**, que compreende 17,2% do território, é composta pelas sete principais cidades palestinas que segundo o Acordo ficaram sob controle civil e de segurança da ANP (Autoridade Nacional Palestina)²⁹: Jenin, Tulcarém, Calquília, Nablus, Ramallah, Jericó e Belém. A área **B**, que por sua vez ocupa 23,8% do território, possui territórios sob jurisdição israelense e este é também responsável por sua segurança, mas o controle civil é de responsabilidade palestina. A área **C**, que corresponde a 59% do território, é totalmente controlada por Israel.

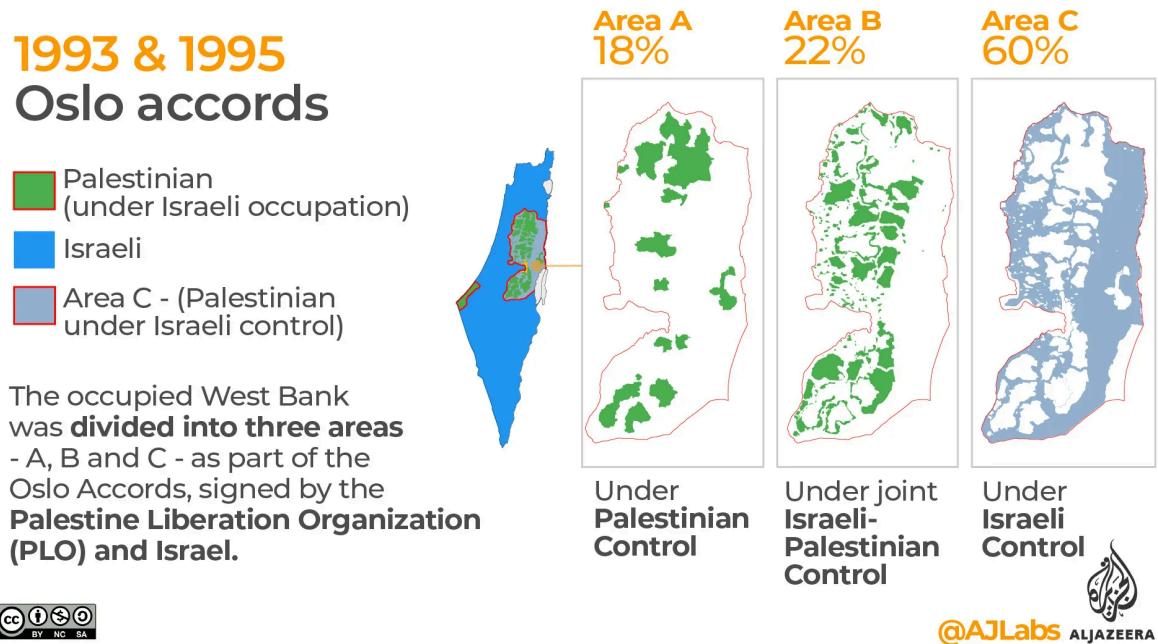
²⁶ UNITED NATIONS. Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements (Oslo Accords) | UN Peacemaker. , [s.d.]. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/IL%20PS_930913_DeclarationPrinciplesinterimSelf-Government%28Oslo%20Accords%29.pdf. Acesso em: 8 maio. 2024.

²⁷ S/RES/242(1967). Disponível em: <[https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F242\(1967\)&Language=E&DeviceType=DesktopLangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F242(1967)&Language=E&DeviceType=DesktopLangRequested=False)>. Acesso em: 5 jul. 2024.

²⁸ Territórios designados como reservas étnicas para os habitantes negros da África do Sul durante o regime de apartheid. Também conhecidos como "homelands", esses territórios foram criados pelo governo sul-africano com o objetivo de segregar a população negra, limitando seus direitos de cidadania e forçando-os a viver em áreas geograficamente e economicamente marginalizadas. O mesmo termo é utilizado para os territórios isolados na Palestina.

²⁹ ANP é uma organização laica criada em 1994 pelo Acordo de Oslo — firmado entre Israel e a entidade multipartidária OLP (Organização para a Libertação da Palestina) — para representar um governo de transição até que fosse estabelecido o Estado Palestino, porém atua como um autogoverno da Cisjordânia até hoje.

Figura 7 — Mapa da divisão da Cisjordânia após Acordos de Oslo



A manobra da divisão de tais áreas serviu, mais uma vez, para o avanço da invasão israelense sobre o território palestino, promovendo políticas de *checkpoints* (vigilância), criação de muros como barreiras físicas, criando verdadeiras prisões a céu aberto, o que por sua vez fomenta a alavancagem dos relacionamentos verticais entre as hierarquias que já existiam:

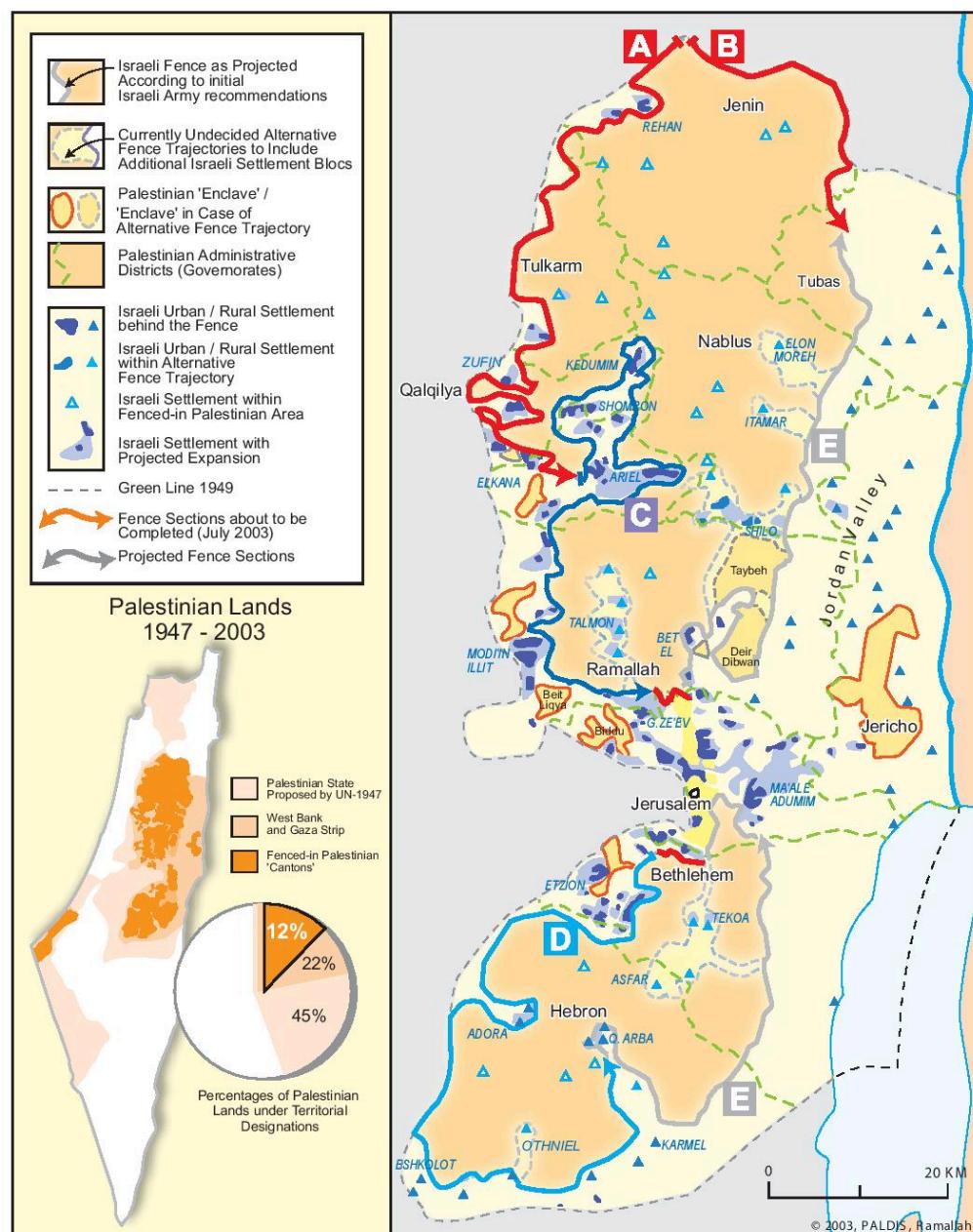
(...) as estradas de rotas alternativas tentam separar as redes viárias palestinas e israelenses, preferencialmente sem jamais permitir que elas se cruzem. Eles enfatizam, portanto, a sobreposição de duas geografias distintas que habitam a mesma paisagem. Em pontos em que se cruzam as redes, é criada uma separação improvisada. Na maioria das vezes, passagens de terra são escavadas para permitir que os palestinos cruzem sob as grandes auto estradas, nas quais vans e veículos militares israelenses correm entre diferentes colônias. (WEIZMAN, 2002³⁰ apud MBEMBE, 2018, p. 47).

³⁰ WEIZMAN, Eyal. **Introduction to The Politics of Verticality**. [s.d.]. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/article_801.jsp/. Acesso em: 8 maio. 2024.

Explicando do ponto de vista da necropolítica, essa estratégia cria a ideia de hierarquização espacial complexa que auxilia no controle demográfico e social, formando uma urbanização estilhaçada que é proposital para a criação de duas geografias distintas (israelense e palestina), formando espaços de violência e soberania israelenses.

Outra ação para evitar ataques suicidas (conforme alega Israel) foi a construção do muro na Cisjordânia em 2002, muro este que passa em torno e por dentro dos territórios palestinos, conforme Figura 8.

Figura 8 — Muro de separação da Cisjordânia



Fonte: PALDIS, Ramallah (2003). Disponível em: <<http://www.passia.org/maps/view/41>>

Russo (2017), relembra que esse é um dos principais motivos para a comparação entre Palestina atual e o apartheid da África do Sul. Para ele, a fragmentação do território causada pelos assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos, o cerco à Faixa de Gaza e a certas áreas da Cisjordânia, além da segregação de Jerusalém Oriental através de barreiras, muros, postos de controle e estradas segregadas, resultam no isolamento dos árabes em suas comunidades e dificultam sua mobilidade. Ainda, tal comparação “é frequentemente utilizada por analistas independentes ou críticos da política de ocupação praticada por Israel há quase 50 anos, enquanto o governo israelense é comparado ao regime do apartheid sul-africano.”(RUSSO, 2017, p. 90).

A fragmentação territorial imposta pelos assentamentos israelenses e a criação de bantustões palestinos desempenham um papel crucial na manutenção da balança demográfica favorável a Israel. Ao dividir a Palestina em áreas isoladas e não contíguas, Israel não apenas dificulta a mobilidade e a coesão política e social dos palestinos, mas também controla rigorosamente o crescimento populacional nas áreas sob seu domínio.

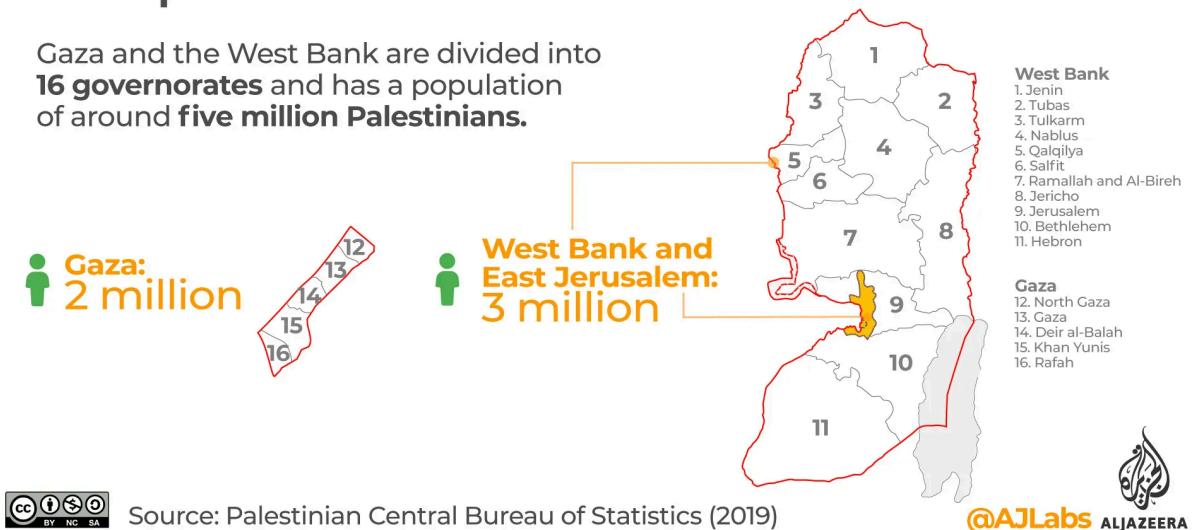
Aqui é o xis da questão para os políticos de hoje³¹. Ehud Olmert, agora primeiro-ministro, sabe que se Israel decidir ficar nos Territórios Ocupados e seus habitantes tornarem-se parte oficial da população de Israel, os palestinos ultrapassam numericamente os judeus em 15 anos. Assim, ele optou pelo o que chamou de *hittkansut*, uma expressão em hebraico para “convergência” ou, melhor ainda, “junção”, uma diretriz que busca anexar grandes partes da Cisjordânia, mas deixando, ao mesmo tempo, diversas áreas palestinas populosas de fora do controle direto israelense. [...] para tomar o máximo possível da Palestina, com o mínimo possível de palestinos. Isso explica porque os 670 km de placas de concreto de oito metros de altura, arame farpado e torres de vigia que perfazem o Muro serpenteiam mais que o dobro da extensão dos 315 km da “Linha Verde” (a fronteira de junho de 1967). [...] Mas todos parecem concordar que a “balança demográfica” não permanecerá inalterada, dado que os palestinos têm uma taxa de natalidade mais alta do que os judeus (PAPPE, 2016, p. 286).

³¹ A primeira edição do livro foi publicada em 2006.

Figura 9 — Mapa da divisão dos Territórios Palestinos

2020 Occupied Palestinian territories

Gaza and the West Bank are divided into **16 governorates** and has a population of around **five million Palestinians**.



Fontes: Palestinian Central Bureau of Statistics (2019); AJLabs - AlJazeera (2020). Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>>

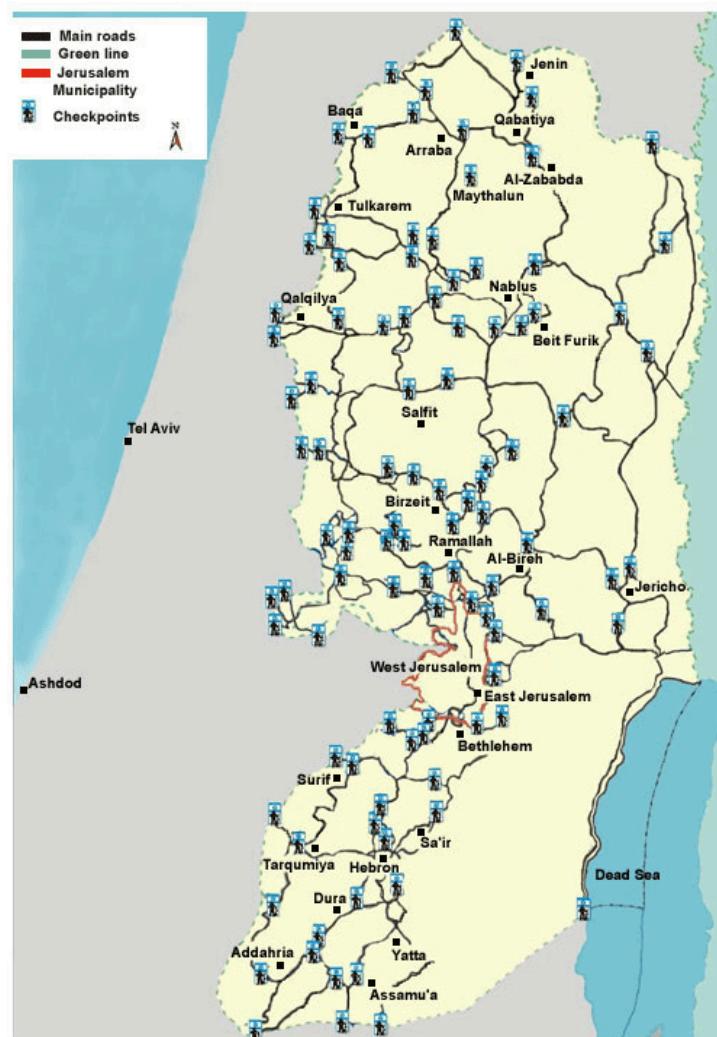
Essa estratégia de fragmentação territorial, semelhante ao regime de apartheid sul-africano, permite a Israel preservar uma maioria populacional judia nas áreas estratégicas, reforçando a soberania israelense e minando a viabilidade de um Estado palestino independente e coeso.

Vigilância

Ainda com a lógica de necropoder ocorre a vigilância e o controle sob cidadãos palestinos fiscaлизando seu ir e vir, o acesso proibido a certas zonas criando um estado de apartheid geográfico e social. Evidentemente, essa estratégia constitui como forma de dominação, uma vez que com os territórios não contíguos, Cisjordânia e Faixa de Gaza, são

protegidos e vigiados militarmente por Israel de forma legítima, conforme Acordos de Oslo. Na Cisjordânia, essa situação gerou diversos bantustões, como citado anteriormente, controlados por *checkpoints* (Figura 10, mostra a distribuição de *checkpoints*). Assim sendo, além de controlar as fronteiras externas dos palestinos, Israel legitimou o seu controle interno.

Figura 10 - Mapa dos checkpoints da Cisjordânia



Fonte: Palestinian National Authority (2002). Disponível em:
<https://reliefweb.int/map/israel/map-israeli-military-checkpoints-west-bank-10-may-2002>

Conforme o jornal Al Jazeera, há mais de 700 obstáculos que controlam o fluxo de trabalhadores que servem como mão de obra barata para Israel: “There are more than 700 road obstacles across the West Bank including 140 checkpoints. These checkpoints further limit Palestinian movement. About 70,000 Palestinians with Israeli work permits cross these checkpoints in their daily commute.” (HADDAD, 2020).

Juntamente a política de *checkpoints* está a de fechamento (“*policy closure*”) (ROY, 2007), essa política priva a livre circulação de palestinos como meio de proteger Israel de ataques terroristas, ou ao menos era este o pretexto.

Com esta situação, o número de palestinos na linha da pobreza subiu de 21% para 60% entre 2000 e 2002 (ROY, 2007). Roy, enfatiza que apesar do *closure* já existir antes de Oslo, os Acordos legalizaram e institucionalizaram a situação como política de policiamento. Para Israel, era importante controlar a economia palestina porque assim poderia controlar qualquer tipo de insurreição e também forma de conter o aumento demográfico palestino. Ainda, trabalhadores palestinos são mobilizados como mão de obra barata por israelenses em fábricas e estabelecimentos comerciais, por isso eles se movimentam entre Israel-Cisjordânia (ver Figura 11).

Figura 11 — Trabalhadores palestinos em fila no *checkpoint*



Fontes: ActiveStills; Al Jazeera (2020). Disponível em:
[<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>](https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo)

Expansão dos assentamentos israelenses

A estratégia sionista de aumentar a densidade populacional em áreas disputadas tem sido uma tática significativa ao longo do conflito israelense-palestino. Isso é evidenciado pelo

estabelecimento e expansão de assentamentos israelenses em Territórios Ocupados, particularmente na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Essa estratégia está no cerne do sionismo desde o Mandato Britânico, em que os líderes sionistas incentivaram a compra de lotes de terras para aumentar a presença judaica na Palestina. Ao fim do Mandato, em 1948, a comunidade judaica detinha cerca de 5,8% da terra palestina (PAPPÉ, 2004).

Figura 12 — Áreas em km² da Palestina e Israel em 2020

2020 How big are Palestine and Israel?



Fonte: AJLabs - AlJazeera (2020). Disponível em:<<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>>

Esses assentamentos são frequentemente construídos em áreas que são objeto de disputa e reivindicações territoriais, com o objetivo de consolidar o controle israelense sobre essas regiões. O crescimento e a expansão desses assentamentos não apenas aumentam a presença israelense nessas áreas, mas também dificultam a viabilidade de futuro do Estado Palestino ao fragmentar o território e criar obstáculos à contiguidade territorial (ver Figura 12). Além disso, a construção de assentamentos muitas vezes é acompanhada pela implementação de políticas discriminatórias e segregacionistas que visam deslocar a população palestina e restringir seu acesso a recursos e serviços básicos, como água e terra (PAPPE, 2022).

Essa estratégia vai contra os direitos internacionais e quebra os Acordos de Oslo, que propunha a retirada dos colonos israelenses da Palestina. Pappé detalha a respeito:

O processo anulou algumas das principais promessas feitas no documento de Oslo. A cláusula 7.^a do artigo 31.^º declarava: “Nenhum dos lados iniciará ou tomará qualquer medida que venha a alterar o estatuto permanente”. A partir de 1994 Israel encetou um esforço de construção, **incluindo a construção de novos colonatos**, a expansão dos colonatos marcaram os quatros anos (1992-1996) do governo com um primeiro ministro trabalhista (PAPPÉ, 2004, p. 289, destaque da autora).

É estranho pensar que Os Acordos de Oslo representavam uma conquista para a OLP (Organização para a Libertação da Palestina)³² quando na verdade, os acordos estabelecidos estavam sendo quebrados e a permitia o aumento da influência israelense sobre os palestinos, com o emprego de violência, aumento de controle militar, escavação de túneis e expansão dos assentamentos.

Os números tornavam a retirada dos colonos menos provável do que nunca:

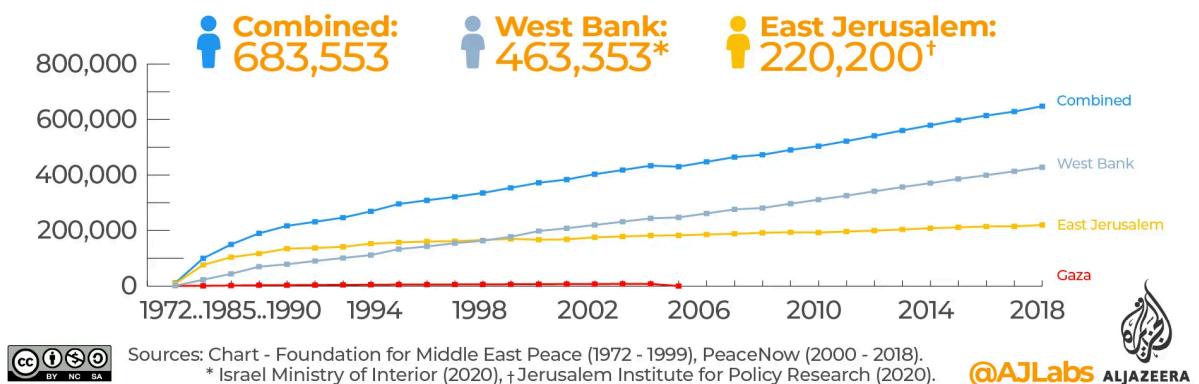
O governo trabalhista investiu 46 milhões de dólares na população de colonos judeus, cerca de 144 mil pessoas, nos territórios palestinianos ocupados, muito mais do que os seus antecessores do Likud; em 1996 a população dos colonatos tinha aumentado já 48% na Cisjordânia e 62% na Faixa de Gaza (PAPPÉ, 2004, p. 289).

³² Fundada em 1964 pela Liga Árabe em Jerusalém como organismo representante da luta palestina pela independência (PAPPE, 2004).

Figura 13 — Gráfico do aumento dos assentamentos israelenses (1972-2018)

1972 - 2018 Israeli settler growth

The population of Israeli settlers in the West Bank and East Jerusalem is **growing at a faster rate** than the population of Israel. Roughly 10 percent of Israel's 6.8 million Jewish population live in these occupied Palestinian territories.



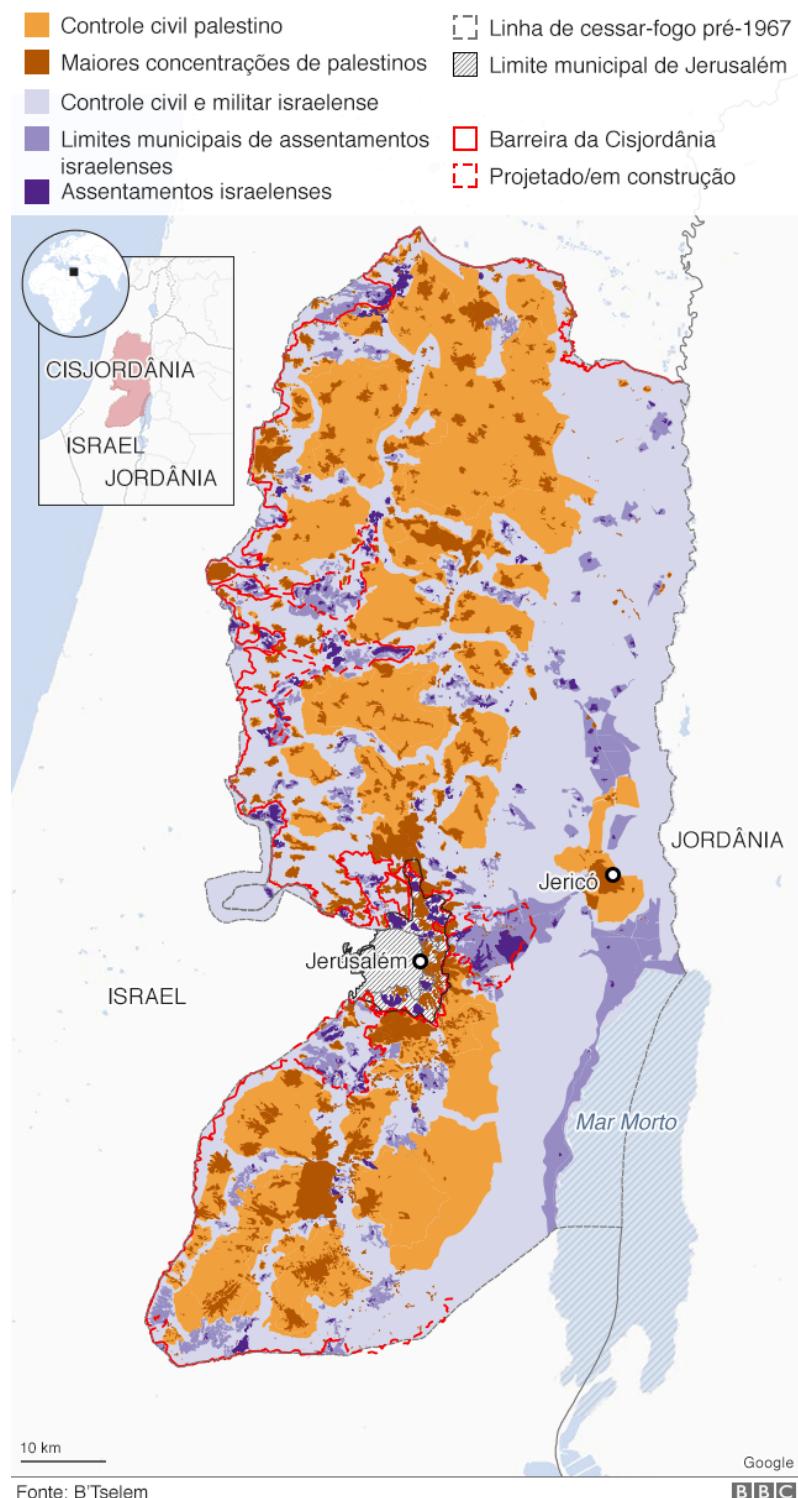
Fontes: Chart - Foundation for Middle East Peace (1972 - 1999); PeaceNow (2000-2018); Israel Ministry of Interior (2020), Jerusalem Institute for Policy Research (2020); AJLabs - AlJazeera. Disponível em:<<https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation#oslo>>

Conforme a ONU (2021) relembra³³, esses assentamentos são ilegais conforme direito internacional e violam com diversos acordos pré estabelecidos, negando o direito de autodeterminação dos palestinos. No entanto, Israel continua com a expansão porque é uma forma de garantir que a relação entre palestinos se torne cada vez mais distante e quebradiça, além de que ao ocupar parcelas territoriais garantindo e solidificando o controle territorial. Até 2021, o número de colonos israelenses era de quase 700 mil em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia (ver Figura 13 e 14).

³³ Expansão de assentamentos israelenses fere direitos de palestinos. AS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/156806-expans%C3%A3o-de-assentamentos-israelenses-fere-direitos-de-palestinos#:~:text=A%20ONU%20afirmou%20repetidamente%20que,os%20especialistas%20em%20direitos%20humanos.> Acesso em: 6 maio. 2024.

Figura 14 — Mapa de assentamentos na Cisjordânia

Assentamentos na Cisjordânia



Fonte: B'Tselem (2019). Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50468131>>.

Pode-se dizer que o projeto colonialista praticado por Israel dura até hoje e é uma das consequências de Oslo. Os sionistas também temem que o povo palestino domine Jerusalém pela sua maioria demográfica, então como forma de realizar a limpeza étnica da região e instaurar o domínio israelense há planos imobiliários atrativos e neoliberais. Um exemplo é a demolição de casas em bairros tradicionalmente muçumanos, como Sheikh Jarrah, para a construção de assentamentos israelenses (ORAIB, 2021). Outro caso é a exumação de lápides palestinas do cemitério centenário de Al-Yousufiya, também conhecido como Cemitério Bab al-Asbat (Portão do Leão), para a criação de um “parque nacional” israelense (XAVIER, 2021).

Como de costume, a ideia neoliberal-colonial dos israelenses para Jerusalém tem sido traduzida em diversos planos diretores elaborados para maximizar o número de judeus e reduzir o de palestinos como uma adequação à globalização neoliberal. O regime do planejamento envolve os governos locais, distritais e nacional, assim como os anseios de diferentes sócios na mercantilização de Jerusalém, como o Estado, o Terceiro Setor e o setor privado locais e globais (HUBERMAN, 2020, p. 175).

Guerra infraestrutural

Além disso, o controle da infraestrutura social também é realizado em grande parte por Israel, como o espaço aéreo, estradas, energia elétrica, recursos naturais, terra e até mesmo a economia, ferindo a autonomia palestina e criando uma dependência em relação à Israel. O cerco israelense afeta todos os aspectos da vida cotidiana em Gaza, criando uma “nova normalidade” de precariedade e insegurança.

Parte da complicações da distribuição dos recursos deve-se à fragmentação territorial, mas outro fator é a ausência de emancipação econômica da Palestina. Conforme Cascão e Zeitoun³⁴ (2010 apud CONSERVA, 2023, p. 30), existem quatro pilares que servem como base para o exercício hegemônico, eles são: o posicionamento geográfico, a capacidade material (militar, econômica e tecnológica), o poder de barganha e o poder ideológico de disseminar discursos e mobilizar a população.

³⁴ CASCÃO, Ana Elisa; ZEITOUN, Mark. Power, hegemony and critical hydropolitics. In: Transboundary water management. Routledge, 2010. p. 27-42.

As duas principais fontes de água na região da Cisjordânia são o Rio Jordão, Aquífero da Montanha e o Aquífero Costeiro na Faixa de Gaza. Os Acordos de Oslo também segmentam quem tem direito à essa água, com exceção à do Aquífero Costeiro, que sofre com a salinização de suas águas. Os palestinos enfrentam restrições significativas ao acesso a fontes de água devido à presença de assentamentos israelenses que cercam a Cisjordânia. Além disso, os Acordos de Oslo estipulam a proibição de qualquer interação entre o povo palestino e o Rio, agravando ainda mais a situação de escassez de recursos hídricos na região (CONSERVA, 2023, p. 32).

O problema não é a falta de água, mas a distribuição dela, afetando assim a agricultura e o saneamento básico, uma forma de dificultar e matar aos poucos a população Palestina. Isso ocorre porque as medidas aplicadas aos palestinos não são as mesmas aos colonos israelenses:

Palestinos têm suas bombas confiscadas, poços destruídos, são proibidos de cavar novos poços, e até mesmo de plantar árvores frutíferas sem prévia autorização. Diante disso, a agricultura palestina fica à mercê da aridez do clima da região. Já os colonos israelenses na Cisjordânia não sofrem nenhuma espécie de restrição, e os agricultores israelenses têm fácil acesso à água. Israel tem uma das maiores proporções de área de agricultura irrigada no mundo: cerca de 50% da terra cultivada (RODRIGUES JUNIOR, 2006).

De forma semelhante funciona a distribuição de energia elétrica, e exploração de petróleo e gás natural, impossibilitando o desenvolvimento socioeconômico. A precariedade energética é um problema constante. Desde a destruição da única central elétrica de Gaza por Israel em 2006, o acesso à eletricidade é aleatório e insuficiente. A maior parte do território depende do fornecimento limitado de eletricidade por Israel, resultando em cortes diários que variam de oito a doze horas, dificultando atividades básicas como a conservação de alimentos e a operação de equipamentos essenciais (PIRONET, 2019).

O Acordo de Oslo permitiu que os israelenses reafimassem o status da Faixa de Gaza como entidade geopolítica avulsa - não só externa à Palestina, mas também dissociada da Cisjordânia. Era notório que ambas se encontravam sob controle da Autoridade [Nacional] Palestina, mas qualquer deslocamento humano entre os dois locais dependia da boa vontade de Israel. Esse aval já era raro na ocasião, e quase deixou de existir quando Netanyahu subiu ao poder em 1996. Ao mesmo tempo, Israel controlava, como ainda controla hoje, a infraestrutura de água e eletricidade. Desde 1993, o Estado explora esse controle para garantir o bem-estar da comunidade de colonos judeus, por um lado, e chantagear a população palestina e forçá-la à submissão, por outro. Ao longo dos últimos cinquenta anos, por tanto, o povo na Faixa de Gaza precisou escolher entre ser detento, refém ou prisioneiro em um espaço humano impossível (PAPPE, 2022, p. 195).

Mesmo durante o contexto da pandemia de COVID-19 Israel manteve a política de morte para o ganho de território, visto que, ao ignorar sua responsabilidade legal de fornecer vacinas ao povo palestino, também impediu a entrada da vacina russa Sputnik enviada para Gaza (SUDRÉ, 2021). Quanto mais enferma a população palestina ficasse, menos condições teriam para sua defesa de seu território.

De acordo com Pironet (2019), a situação alarmante em que a população de Gaza vive é uma combinação de desafios devastadores resultantes do bloqueio israelense e da infraestrutura destruída. Pescadores e agricultores enfrentam grandes dificuldades para realizar seus trabalhos. Os pescadores são frequentemente impedidos de acessar as águas ricas em peixes devido às restrições impostas por Israel, que limitam a área de navegação a um raio de 10 milhas náuticas. Isso não só reduz drasticamente suas capturas, mas também coloca suas vidas em risco, pois os navios-patrulha israelenses frequentemente abrem fogo contra eles, muitas vezes sem aviso. Agricultores também enfrentam restrições de acesso às suas próprias terras próximas à fronteira, tornando o cultivo extremamente perigoso e reduzindo drasticamente sua produção e renda (THE NEW ARAB³⁵ apud PIRONET, 2019). Pironet, detalha mais sobre:

A situação dos pescadores e dos camponeses é a mesma em toda a faixa costeira: “catastrófica” e “insustentável”, nas palavras de Isabelle Durant, diretora adjunta da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Em 2012, a ONU soou o alarme. A entidade estimava que esse território se tornaria “inabitável” até 2020 caso não fosse suspenso o bloqueio imposto por Israel, **com a colaboração do Egito [que mantém suas fronteiras fechadas, auxiliando no aprisionamento]**. Isolada do mundo há oito anos, Gaza já havia passado, na época, por duas guerras, lançadas por Israel em 2006 e em 2008-2009 (mais de 1,8 mil mortos no lado palestino, cerca de vinte no lado israelense). Em 2017, após duas outras guerras (em 2012 e em 2014, com um saldo acumulado de 2,5 mil habitantes de Gaza mortos, contra 72 israelenses), Robert Piper, então coordenador humanitário da ONU para os territórios palestinos ocupados, constatou: “A deterioração da situação foi mais acelerada do que se previa [...] (PIRONET, 2019, s.p., destaque da autora).

Mbembe (2018) chama essa tática de *bulldozer* (terra arrasada), que funciona como uma sabotagem bem orquestrada com a apropriação de recursos para desestabilizar o inimigo, o isolando do mundo e a privando de sua fonte de renda:

³⁵ O setor agrário, que emprega 44 mil pessoas (cerca de 10% dos empregos), recuou mais de 30% desde 2014. Israel is intensifying its war on Gaza's farmers. Disponível em: <<https://www.newarab.com/analysis/israel-intensifying-its-war-gazas-farmers>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Um elemento crucial nessas técnicas de inabilitação do inimigo é a da terra arrasada (*bulldozer*), demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Proto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra infraestrutural”(p.48).

Outro ponto, é o relacionamento econômico entre Israel e Palestina. Os palestinos continuaram sendo explorados por Israel após Acordos e a relação de dominância comercial e industrial foi mantida por Israel perante à Palestina. Pensando mais a longo prazo, o “novo” modelo estrutural aqui preconizado promove a alavancagem dos relacionamentos verticais entre as hierarquias que já existiam e foram reforçadas. Conforme a UNIC Rio (2016), em 2015, 25% das pessoas no território palestino ocupado estavam desempregadas, e 66% em situação de insegurança alimentar. Pappe traz um exemplo de como funcionava as duas economias:

Em 1995, um parque industrial, a Zona Fabril Eretz, foi construído na zona-tampão entre Israel e a Faixa de Gaza. Apesar do seu nome, era uma linha de produção onde todos os trabalhadores eram palestinos e os empregadores israelitas, situação que permitia a estes últimos pagarem salários muito baixos aos trabalhadores sem quaisquer compromissos de segurança social ou obrigações sindicais (PAPPE, 2004, p. 307).

Outros dois aspectos infraestruturais que afetam, de forma positiva e negativa respectivamente, o exercício hegemônico de Israel são a força militar e a demografia, sendo o primeiro superior à Palestina e o segundo sendo motivo de receio entre os sionistas desde o início da colonização. Israel possui uma infraestrutura militar e tecnológica altamente avançada em comparação com a Palestina, que não possui um exército próprio, conforme definido nos Acordos de Oslo. O Hamas não deve ser confundido com a ANP ou com o Fatah³⁶. Israel investiu significativamente em suas forças armadas e em tecnologias de defesa, resultando em uma das forças militares mais poderosas da região, com a ajuda de investimentos dos EUA.

³⁶ “O principal rival do Hamas era o movimento Fatah, fundador e principal organização da OLP. O Fatah perdeu parte do apoio palestino após negociar o Acordo de Oslo e fundar a OLP (por isso, o chefe da OLP é também o presidente da ANP e líder do Fatah)”(PAPPE, 2022, p. 185). Fatah também defende a solução de dois Estados.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Israel é o país do mundo que mais recebeu, cumulativamente, recursos dos EUA. Entre 1946 e 2023 foram estimados US\$ 260 bilhões (o equivalente a mais de R\$1,3 trilhão), segundo um relatório do Congresso americano publicado em março deste ano. Mais da metade desse montante foi designado como auxílio militar (SANCHES, 2023, s.p.).

A superioridade militar de Israel é evidente, desde antes de 1948 quando o seu início foi com o Haganá, em sua capacidade de mobilizar recursos, incluindo armas de alta tecnologia, sistemas de defesa aérea, inteligência e vigilância avançadas para controlar o movimento de pessoas e bens em Territórios Ocupados³⁷, enquanto a Palestina não possui um exército oficial e o Hamas tem acesso a armamentos clandestinamente.

Um pouco sobre a Faixa de Gaza e Hamas

Uma breve explicação sobre o Hamas e a Faixa de Gaza conforme Pappe explica no capítulo 9 - *As mitologias de Gaza* em seu livro *Dez mitos de Israel* (2022).

O Hamas, acrônimo de *Harakat al-Muqawama al-Islamiya* (Movimento de Resistência Islâmica), é uma organização palestina que se transformou em um movimento político em 1987, durante a Primeira Intifada, porém inicialmente suas atividades se limitavam a uma organização educacional e benéfica. Originalmente surgiu no Egito, em meados de 1980 como um braço da Irmandade Muçulmana (PAPPE, 2022).

Luta contra a presença ocidental na Palestina e é oposição à Israel, à Autoridade Nacional Palestina (por consequência ao Fatah) e ao Egito. Ganhou popularidade após o Fatah perder apoio da comunidade palestina após negociar os Acordos de Oslo.

Conforme Pappe (2022), as divergências entre o Hamas e o Fatah são profundas e históricas. Enquanto o Fatah, liderado por Yasser Arafat e, posteriormente, Mahmoud Abbas, adotou uma abordagem mais pragmática e negociadora com Israel, culminando nos Acordos

³⁷ Os Territórios Ocupados são áreas que foram capturadas por Israel na Guerra dos Seis Dias que ocorreu em junho de 1967 e resultou na rápida vitória israelense sobre as tropas do Egito, Síria e Jordânia. Com a vitória, Israel anexou a seu território a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, Jerusalém e as Colinas de Golã. UNITED NATIONS. Territories occupied by Israel since June 1967 - Map - Question of Palestine. Disponível em: <<https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-201336/>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

de Oslo em 1993, o Hamas rejeitou esses acordos, considerando-os uma traição aos direitos palestinos e uma capitulação às exigências israelenses. O Hamas acredita que a luta armada é a única maneira eficaz de alcançar a libertação da Palestina e reivindica que Israel se retire totalmente dos Territórios Ocupados, contrastando com a posição do Fatah de buscar um acordo de paz e a solução de dois Estados.

O Hamas exerce controle efetivo sobre a Faixa de Gaza desde 2007, após uma violenta disputa com o Fatah, sendo expulso do poder político da Cisjordânia. É tachado como organização terrorista pela mídia e pela legislação, devido seus membros servirem como homens-bomba na Segunda Intifada. Após o Hamas sair vitorioso das eleições de 2006, ocorreu uma demonização e aumento da islamofobia aos palestinos, aumentando as políticas agressivas nos Territórios Ocupados.

Uma terceira [onda de islamofobia] começou em 2006, logo após a vitória do Hamas nas eleições para o parlamento palestino. As mesmas características das duas anteriores também eram visíveis nesta. Entre elas, a mais evidente foi uma visão reducionista que associa tudo o que é de origem muçulmana à violência, ao terror e à desumanidade (PAPPE, 2022, p.188).

No entanto Pappe (2022, p.189) reitera, que o Hamas “assim como outros movimentos dentro do Islã político, a organização é um reflexo de uma complexa reação local à dura realidade da ocupação[...]”. Além disso, cita Avner Cohen, escritor, historiador e professor israelense-americano, de que “o Hamas é uma criação de Israel” (2009)³⁸. Isso porque o fundador do Hamas, Xeique Yassin, tinha fortes ligações com Israel antes do movimento se tornar o movimento político palestino.

As atividades do Hamas em Gaza são variadas e incluem tanto a administração civil quanto ações militares. O grupo é responsável por prover serviços básicos à população, como educação, medicamentos e o mínimo de bem-estar (PAPPE, 2022).

A Faixa de Gaza foi criada durante os últimos dias da guerra de 1948. As forças israelenses empurraram para lá centenas de milhares de palestinos [...] Em um intervalo de duas décadas, essa região costeira do sul da Palestina, antes agrária e pastoril, tornou-se uma das zonas de maior densidade populacional do mundo, sem dispor de infraestrutura econômica e ocupacional necessárias para amparar este cenário (PAPPE, 2022, p. 194).

Em 2005, Israel realizou a retirada unilateral de seus colonos e forças militares da Faixa de Gaza, uma ação amplamente vista de duas formas distintas. Oficialmente

³⁸ HIGGINS, Andrew. How Israel Helped to Spawn Hamas. The Wall Street Journal, 2009. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB123275572295011847>. Acesso em: 15 jul. 2024.

apresentada como um passo em direção à paz, essa retirada foi, na prática, também uma estratégia militar e política. Ariel Sharon, então primeiro-ministro de Israel, buscava redefinir as fronteiras de Israel e aliviar a pressão demográfica, retirando-se de uma área densamente povoada e difícil de defender militarmente.

Na Faixa de Gaza, devido à presença de colonos judeus, não foi possível implementar as mesmas táticas [bombardeiros em massa e a destruição de bolsões rebeldes palestinos, como ocorreu em Jenin em abril de 2002]. Não é de surpreender, portanto, que um ano após a incursão militar mais brutal na Cisjordânia, a operação “Escudo Defensivo”, Sharon tenha estudado a remoção dos colonos de Gaza de modo a facilitar políticas de retaliação (PAPPE, 2022, p. 202).

Figura 15 — Mapa da Faixa de Gaza e equipamentos públicos³⁹



Fonte: AJLabs - AlJazeera (2024). Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>

³⁹ Para melhor visualização acessar o link da fonte.

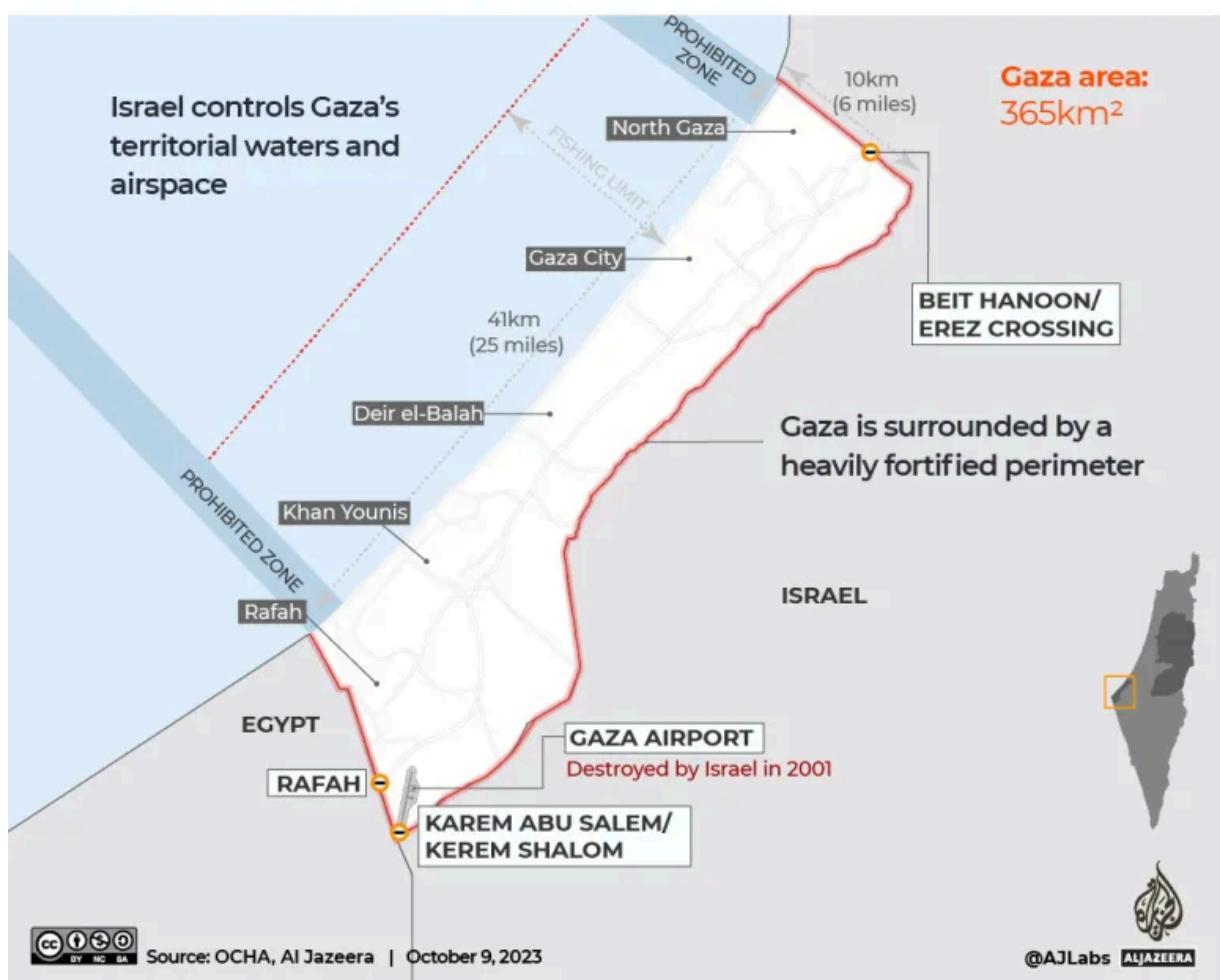
Além disso, essa retirada permitiu a Israel concentrar suas forças na Cisjordânia e controlar as fronteiras de Gaza de maneira mais eficiente, mantendo um bloqueio rigoroso que limita o movimento de pessoas e bens, e isolando Gaza economicamente (ver Figura 15 e 16). O mito de que a retirada de Gaza foi um gesto de paz é frequentemente contestado, pois o bloqueio contínuo e as repetidas operações militares israelenses na região indicam que a medida foi mais uma reconfiguração estratégica do que um passo genuíno em direção à resolução pacífica do conflito (PAPPE, 2022).

Figura 16 — Mapa do bloqueio e controle da Faixa de Gaza

ISRAEL-PALESTINE CONFLICT

The besieged Gaza Strip

The Palestinian enclave – home to some 2.3 million people – has been under an **Israeli air, land and sea blockade** since 2007.



Fontes: OCHA; AJLabs - AlJazeera (2023). Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>

A mídia como dispositivo necropolítico e a representação de Palestinos e árabes no Ocidente

Autores como Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano, Edward Said e Noam Chomsky analisam como a mídia é capaz de potencializar discursos neoliberalistas e é marcada por assimetrias e desigualdades, sendo até mesmo antidemocrática. Moraes (2019) cita como a mídia que outrora tinha como missão criar senso crítico da opinião pública, se tornou um veículo de desinformação controlado por grupos hegemônicos com a pretensão de defender seus interesses.

A imprensa hoje é avassaladora, quero dizer a imprensa e a televisão, são corporações enormes que estão no negócio de vender audiências a outras corporações. E, de fato, como você mencionou, a mídia tem ficado cada vez mais estreita em concentração. Agora são apenas poucos conglomerados enormes. Lembre que a corporação é um sistema totalitário. É como um estado totalitário. Internamente é completamente totalitário em estrutura, e é em maior parte injustificável para o público, exceto através de limitados aparatos reguladores, os quais ele tenta destruir. Então a mídia está cada vez mais na mão das tiranias privadas, que se encontram no centro do controle do sistema econômico. E uma vez que poder político e econômico estão estreitamente relacionados, não é uma unidade, mas é um sistema de poder muito intimamente interligado, que é tanto ideológico quanto econômico e político. E tem se tornado cada vez mais ao longo do tempo, como capital concentrado (CASALEGNO, 2003, p. 123)⁴⁰.

Em seu texto “Quando a vida é passível de luto” (2015), Butler traz a ideia de enquadramento, na qual existe uma estrutura de poder que condiciona qual morte importa. Como citado por ela “Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (p. 12). Neste movimento ela esclarece que se algumas vidas não são capazes de luto então o sujeito (ou coletividade, nesse caso) não será reconhecido. Para isso, ela diz que há uma condição de acordo com o contexto para ser reconhecido.

De acordo com a autora, há um processo que produz a moldura, o enquadramento, e ele está em disputa o tempo todo. Um exemplo é quando a mídia ocidental recorta e descreve alguns acontecimentos, assim mostrando a situação a partir de uma perspectiva que exclui a situação como o todo, manipulando a visão do espectador/leitor. Tal como um quadro: um

⁴⁰ A citação é realizada por Noam Chomsky, em entrevista realizada por Federico Casalegno e traduzida por Adriana Amaral, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

recorte da realidade, nos dizendo o que devemos ver e excluindo o restante da cena, e Butler nos faz pensar por que uma cena ao invés de outra foi enquadrada.

A mídia frequentemente comenta sobre o direito de autodeterminação dos judeus mas não dos palestinos de voltarem para o território a qual pertencem e terem sua autonomia política. Israelenses sionistas defendem sua autodeterminação mas ignoram as dos palestinos. Há um motivo por trás da narrativa dos israelenses ser mais difusa na mídia hegemônica ocidental do que as dos árabes palestinos, esse enquadramento cria uma justificativa “ética” para a guerra, a tornando justificável em prol da segurança de determinado coletivo enquanto exclui o outro, esse processo de desumanização é histórico, social e institucional. Said (2003) aponta que um dos motivos para isso é o sentimento de culpa do Ocidente pelo antisemitismo e do holocausto, amenizando o genocídio cometido por Israel, transferindo esse sentimento de culpa para o povo árabe palestino.

Assim, seguindo esta linha de raciocínio, de que algumas vidas são mais importantes do que outras, parte das informações sobre os conflitos não repercutem mundialmente como repercutiriam caso fosse nos EUA ou na União Europeia. Assim, ocorre o que Césaire intitula como o processo de desumanização (2010, p. 7): “não passa de um velho truque ideológico desumanizar os povos a quem o imperialismo quer saquear as riquezas, tornando-os bestas-feras para melhor justificar a violência e o genocídio”. Neste processo há a coisificação do sujeito colonizado para assim facilitar a política de limpeza étnica.

A interconexão entre discurso midiático e o enquadramento que Butler traz, é parte de agendas políticas e concretização de objetivos geopolíticos israelenses. Dênis de Moraes (2019) também relembra como o governo dos EUA iniciou uma propaganda orquestrada contra o Oriente Médio, principalmente Iraque, após o ataque de 11 de setembro. A campanha orientada por Bush afirmava haver armas de destruição em massa no Iraque e após as investigações houve comprovação de que eram alegações falsas, apesar de serem altamente difundidas pela mídia e governo estadunidense. Em síntese, Moraes (et al., 2019, p. 54) afirma “os verdadeiros objetivos eram derrubar Hussein, se apossar dos campos e reservas petrolíferos iraquianos e impor as ambições norte-americanas na geopolítica da região”.

Mas inicialmente a campanha de “guerra ao terrorismo” não se iniciou em 11 de setembro de 2001, mas anteriormente, no governo de Reagan em que o foco principal era o terrorismo internacional apoiado pelo Estado no mundo islâmico e, naquela época, também na

América Central (CHOMSKY, 2015). Em seu livro, *MÍDIA: Propaganda política e manipulação* (2015), especialmente no capítulo *O Jornalista Marciano*, Chomsky explica sobre como foi empregada a campanha estadunidense contra o terrorismo e como os EUA também é terrorista.

A frase de Reagan que eu reproduzi [“inimigos perversos da própria civilização”, num “retorno à barbárie na era moderna”] se referia ao terrorismo no Oriente Médio, e foi dita em 1985. Foi nesse ano que o terrorismo internacional naquela região foi escolhido pelos editores de jornal, numa pesquisa anual da Associated Press, como o principal tema jornalístico do ano (CHOMSKY, 2015, p.49).

Chomsky (2015) segue com a definição de terrorismo utilizada pelo exército estadunidense como “o uso calculado da violência ou a ameaça da violência para atingir objetivos de natureza política, religiosa ou ideológica... por meio da intimidação e da coerção ou implantando o medo” (p.55), e diz o que ela é inútil:

A definição oficial é inútil. E é inútil por duas razões importantes. Em primeiro lugar, trata-se de uma paráfrase muito próxima da política oficial do governo – na verdade, extremamente próxima. Quando se trata de política governamental, o terrorismo é chamado de conflito de baixa intensidade ou contraterrorismo. A propósito, não são apenas os Estados Unidos que agem assim; até onde eu sei, essa prática é universal.

Por exemplo, o 11 de Setembro é um caso especialmente chocante de uma atrocidade terrorista. Outro exemplo igualmente claro é a reação dos Estados Unidos e da Inglaterra, que foi anunciada pelo almirante sir Michael Boyce, chefe do Estado-Maior britânico, e reproduzida numa matéria de primeira página no New York Times do final de outubro (28 de outubro de 2001). Ele informava a população do Afeganistão que os Estados Unidos e a Inglaterra continuariam a atacá-los “até que eles trocassem sua liderança”.

Percebam que, de acordo com a definição oficial, este é um exemplo clássico de terrorismo internacional; não vou lê-la novamente, mas se vocês refletirem sobre ele, verão que é um exemplo perfeito.

Duas semanas antes dessa declaração, George Bush havia informado os afegãos, a população do Afeganistão, de que o ataque prosseguiria até que eles entregassem os suspeitos procurados.

[...]

É claro que este também foi um ato de terrorismo clássico: vamos continuar a bombardeá-los até que vocês nos entreguem quem queremos. Na verdade, o regime talibã pediu que se apresentassem provas, mas os Estados Unidos rejeitaram o pedido com desdém. Exatamente na mesma ocasião, os Estados Unidos também recusaram categoricamente até mesmo a considerar as ofertas de extradição, que poderiam ter sido sérias ou não; como foram rejeitadas, nunca saberemos. (CHOMSKY, 2015, p.57-58)

Em seguida ele cita exemplos de ações terroristas pelos EUA ao redor do mundo e também de Israel com os assentamentos ilegais em Territórios Ocupados, e como atitudes assim contribuem para a escalada de terrorismo na região.

Edward Said, em seu livro *Cultura e Política* (2003), cita como a mídia influencia a opinião pública e as agendas políticas, e como a propaganda do Estado de Israel está vinculada ao terror propagado por ele. Durante a Intifada Al-Aqsa⁴¹ Israel passa a investir pesadamente em propaganda para que a mídia internacional defenda suas ações. Esse investimento não é uma exclusividade de Israel; é uma técnica amplamente utilizada por governos democráticos (ou não) para obter o consentimento da opinião pública, porém nenhum país usou de maneira tão eficiente quanto Israel usou nos Estados Unidos (SAID, 2003).

“Israel já colocou centenas de milhões de dólares naquilo que em hebraico é chamado de *hasbara*, informação para o mundo exterior (ou seja, propaganda)”(SAID, 2003, p. 130). Said comenta como Israel é bem diplomata ao criar *lobbies* usando repórteres, fotógrafos, congressistas e como os treinam para referenciar frequentemente o Holocausto, e como o discurso de antisemitismo pode ser usado a quem condena às ações antidemocráticas de Israel.

Orwell chamava esse tipo de informação falsa de *newspeak* ou “pensamento duplo”: a intenção de encobrir ações criminosas, como o assassinato injusto de pessoas, com verniz de justificativa e razão. No caso de Israel, que sempre teve a intenção de silenciar ou tornar os palestinos invisíveis, enquanto lhes roubava sua terra, isso tem sido na prática uma supressão da verdade, ou pelo menos de grande parte dela, bem como uma enorme falsificação da história. Nos últimos meses⁴², Israel tem, com êxito, tentado provar ao mundo que é uma vítima inocente da violência e terror palestinos e que os árabes e muçulmanos não têm nenhuma razão para estarem em conflito com Israel a não ser por um irredutível ódio irracional pelos judeus. [...] [O Ocidente] Defender Israel a todo custo - mesmo que Israel esteja ocupando militarmente a terra palestina, com poderosas forças armadas, e esteja assassinando e ferindo palestinos uma proporção de quatro ou cinco por um -, esse é o objetivo da propaganda. Isso, e continuar fazendo as mesmas coisas, **mas aparentando ser a vítima** (SAID, 2003, p.130-131, destaque da autora).

Said critica a falta de investimento em propaganda por parte dos líderes árabes, comparando-a com a sofisticada máquina de propaganda de Israel e dos EUA. Em 1982, ocorreu uma organização não-governamental composta por empresários palestinos para arrecadar fundos, metade para ajuda aos palestinos e outra metade para investir em informação e propaganda para tentar alterar a mentalidade Ocidental, principalmente dos

⁴¹ Intifada é um termo árabe para se referir a uma rebelião ou insurreição contra a ocupação israelita e o cenário de opressão contra os palestinos. O termo se popularizou a partir da Primeira Intifada dos palestinos em 1987. A Segunda Intifada ou Intifada Al-Aqsa ocorreu em 2000, tem esse nome devido a visita de Ariel Sharon (foi 11º primeiro-ministro de Israel de 2001 até 2006) à Mesquita Al-Aqsa que gerou a insurreição, sendo o terceiro local sagrado para o islã, depois de Meca e Medina.

⁴² A primeira edição do livro foi lançada em 2003, apesar disso esse trecho é extremamente atual, demonstrando como a metodologia do Estado sionista segue a mesma.

estadunidenses. Por dois anos essa política foi seguida, porém foi parada abruptamente por ser “um desperdício ‘jogar dinheiro’ fora nos Estados Unidos” (SAID, 2003, p.131).

A ausência de perspectivas árabes na mídia hegemônica contribui para a falta de compreensão da história e das nuances do conflito entre israelenses e palestinos. Assim, a maioria das pessoas não tem ideia da complexidade por trás dos conflitos e tende a aceitar a narrativa promovida pela mídia dominante. Isso ocorre porque a mídia hegemônica molda a opinião pública de acordo com os interesses dos poderosos, levando as pessoas a tomarem partido conforme o que é apresentado como verdade.

[...] a conclusão é que os palestinos não são vistos nem em termos de possuir uma história própria, nem em termos de uma imagem humana que as pessoas possam se identificar facilmente. Tão bem sucedida tem sido a propaganda israelense que faz parecer que os palestinos realmente têm poucas, se é que têm, conotações positivas. Eles estão quase que completamente desumanizados.(SAID, 2003, p.133)

A cobertura midiática muitas vezes omite ou marginaliza o lado árabe, garantindo, assim, o sucesso da propaganda israelense⁴³, também atuando como dispositivo necropolítico, reforçando e colaborando com as ações necropolíticas de Israel ao enfatizar a perspectiva israelense, muitas vezes retratando a população palestina como agressora e nomeando as violências desproporcionais israelenses como “direito de autodefesa”.

Conflito de 7 de Outubro de 2023

O conflito citado neste subcapítulo é o mais recente, com início em 7 de outubro e continua até a data de hoje, 06 de agosto de 2024. Com 40.263 palestinos e 1.139 israelenses mortos (AJLABS, 2024). Demonstra claramente as táticas e dispositivos necropolíticos citados nas seções anteriores.

Conforme o Barghouti (2024), em 7 de outubro de 2023, o Hamas lançou um ataque de foguetes contra Israel, levando a uma resposta aérea israelense (ver Figura 17). Durante o ataque, combatentes palestinos tomaram a passagem de Beit Hanoun, saindo da Faixa de Gaza. O ataque do Hamas foi descrito pelo seu representante, Khaled Qaddoumi, como uma resposta às décadas de opressão israelense (AL JAZEERA, 2024). Durante o conflito,

⁴³ Para mais detalhes ler capítulo Propaganda e Guerra do livro Guerra e Política de Edward Said, ele detalha sobre uma pesquisa de opinião realizada sobre as perspectivas americanas sobre o conflito israelense-palestino.

centenas de pessoas foram sequestradas pelo Hamas e Israel bloqueou recursos essenciais para Gaza (ANERA, [s.d.]). Em 17 de outubro, um bombardeio israelense no hospital Al Ahli Baptist matou mais de 100 pessoas (BISSET, 2024). No final do mês, houve uma breve abertura para ajuda humanitária, mas os ataques continuaram, resultando em mais mortes e destruição, especialmente no campo de refugiados de Jabalya (BISSET, 2024).

Figura 17 — Mapa dos ataques de 7 de outubro



Fonte: AJLabs - Al Jazeera (2024). Disponível em:
[<https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>](https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker)

Em 24 de novembro, um cessar-fogo temporário permitiu a troca de reféns e prisioneiros e mais ajuda humanitária, mas a trégua durou apenas sete dias, com ambos os lados se acusando de violar o acordo (BISSET, 2024; AL JAZEERA, 2024). Reféns libertados começam a compartilhar relatos de seu tempo em cativeiro. Alguns dizem que testemunharam a agressão sexual de reféns (BISSET, 2024).

Figura 18 — A cada uma hora (sobre)vivendo em Gaza (informações de 1 de novembro de 2023)



Fontes: OCHA (2023); AJLabs - AlJazeera (2024). Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>

Alguns eventos como os relatados permaneceram contínuos desde o início do conflito. Como deslocamentos massivos de palestinos dentro de Gaza e da Cisjordânia devido aos contínuos confrontos e à destruição de infraestrutura (ver Figura 18 e 19). Violências

constantes e os bombardeios frequentes obrigam muitas famílias a abandonarem suas casas em busca de segurança. Calamidade infraestrutural em Gaza, em que Rafah passou a abrigar 1,3 milhão de pessoas e é “absolutamente incapaz de lidar” com tal fluxo, agravando a crise de saúde, de acordo com ONU News (2024)⁴⁴. E, apesar de ser designada por Israel como a “zona segura”, Rafah é bombardeada por Israel ‘posteriormente (ANERA, [s.d.]).

Figura 19 — Foto do campo de refugiados de Deir Al-Balah em Gaza (janeiro de 2024)



Fonte: UNRWA (2024). Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826717>>.

A crise humanitária em Gaza atinge níveis alarmantes, com a população enfrentando escassez de alimentos, água potável e medicamentos. Os ataques às infraestruturas de saúde, incluindo hospitais e clínicas, agravam a situação, dificultando o atendimento médico e o tratamento de feridos palestinos.

As condições insalubres e a falta de acesso a cuidados de saúde adequados aumentam o risco de surtos de doenças, colocando em risco a vida de milhares de civis, especialmente crianças, mulheres e idosos. “Até o momento [24 de janeiro de 2024], mais de 25 mil pessoas foram mortas “incluindo duas mães por hora”, disse Griffiths [subsecretário-geral de Ajuda Emergencial e Assistência Humanitária da ONU], citando dados da autoridade de saúde de Gaza. De acordo com ele, os hospitais continuam “superlotados, sitiados e sob fogo, as casas foram reduzidas a escombros” (ONU NEWS, 2024)⁴⁵.

⁴⁴ ONU NEWS. Deslocamentos em massa em Gaza agravam crise de saúde. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1832146>. Acesso em: 18 jul. 2024.

⁴⁵ ONU NEWS. Deslocamento massivo em Gaza coloca palestinos à beira do colapso, alerta ONU | ONU News. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826717>. Acesso em: 18 jul. 2024.

Além disso, há relatos de ambos os lados de outros crimes de guerra como violência sexual, estupros e tortura contra mulheres e meninas, geralmente divulgados por organizações de direitos humanos e pela mídia, de ambos os lados, israelense e palestino (STEPHENS, 2023; OHCHR, 2024).

Manifestações em apoio aos palestinos e contra as ações de Israel ocorrem em várias cidades ao redor do mundo, são organizados por grupos de direitos humanos, comunidades palestinas e simpatizantes da causa palestina. Os manifestantes exigem o fim da violência, a retirada dos bloqueios e o reconhecimento dos direitos dos palestinos, demonstrando a crescente solidariedade internacional e a pressão sobre os governos para que tomem medidas diplomáticas (TESSIER, 2023)⁴⁶.

Os Estados Unidos vetam repetidamente resoluções no Conselho de Segurança da ONU que condenam as ações de Israel e pedem o fim dos ataques. Esse uso do poder de veto pelos EUA reflete sua aliança estratégica com Israel e impede a adoção de medidas internacionais para pressionar Israel a cessar fogo. O primeiro, em outubro de 2023, um texto redigido pelo representante do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. O segundo, em dezembro de 2023, em uma reunião convocada pelo secretário-geral da ONU. E o terceiro voto foi da resolução redigida pela Argélia, em fevereiro de 2024.

O projeto de resolução dos EUA prevê que o Conselho de Segurança "enfatize seu apoio a um cessar-fogo temporário em Gaza assim que possível, com base na fórmula de libertação de todos os reféns, e pede o levantamento de todas as barreiras à prestação de assistência humanitária em escala." (REUTERS, 2024)⁴⁷

A posição dos EUA na ONU é amplamente criticada por organizações de direitos humanos e governos de outros países, que acusam Washington de proteger Israel e de perpetuar a violência na região.

⁴⁶ TESSIER, Yann. Protestos em apoio aos palestinos reúnem milhares de pessoas ao redor do mundo. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/protestos-em-apoio-aos-palestinos-reunem-milhares-de-pessoas-ao-redor-do-mundo/>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

⁴⁷ REUTERS. EUA vetam resolução da ONU pela 3a vez desde início da guerra entre Israel e Hamas. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/02/20/eua-vetam-resolucao-da-onu-pela-3a-vez-desde-inicio-da-guerra-entre-israel-e-hamas.ghtml>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Solução de dois Estados para alcançar a paz?

Em relação à solução de dois Estados, é considerada inviável por Pappe, pois favorece Israel em detrimento dos palestinos. As contínuas expansões de assentamentos israelenses na Cisjordânia e as políticas restritivas em Gaza minam a viabilidade de um Estado palestino contíguo e soberano. As contínuas expansões de assentamentos israelenses na Cisjordânia e as políticas restritivas em Gaza minam a viabilidade de um Estado palestino contíguo e soberano.

A solução de dois Estados, como apontado antes, é uma invenção israelense que buscava a quadratura do círculo. Ela responde à questão de como manter a Cisjordânia sob controle israelense sem incorporar sua população.

[...]

A solução de dois Estados se baseia na ideia de que um Estado judeu é a melhor solução para o Problema Judeu, ou seja, os judeus deveriam morar na Palestina, e em nenhum outro lugar. Essa noção também ecoa no coração dos antisemitas. A solução de dois Estados se baseia, ainda que indiretamente, na ideia de que Israel e o judaísmo são a mesma coisa. Sendo assim, Israel insiste em dizer que tudo o que faz é em nome do judaísmo, portanto, quando alguém ao redor do mundo critica suas ações, estaria criticando não só Israel, mas também o judaísmo (PAPPE, 2022, p.225-226)

A disparidade de poder entre as duas partes também significa que a solução de dois Estados tende a ser mais benéfica para Israel, deixando os palestinos com um território fragmentado e uma autonomia limitada. Esses fatores, combinados com a resistência interna em ambos os lados e a complexidade das questões de segurança e direito ao retorno dos refugiados palestinos, tornam a solução de dois Estados uma perspectiva cada vez mais remota.

Neste sentido, Pappe propõe outro caminho a ser tomado em direção a uma possível solução:

A solução de dois Estados é como um cadáver retirado de tempos em tempos do necrotério, vestido com roupas bonitas e apresentado como ente vivo. Quando se prova mais uma vez que não há mais vida ali dentro, ele é devolvido ao necrotério. No futuro, a única coisa que poderia mudar é a aceitação da Palestina como membro pleno das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, também poderíamos ver a tomada definitiva da Área C (cerca de 60 por cento da Cisjordânia) por Israel. A tensão entre as duas coisas - o ato simbólico no Conselho de Segurança da ONU e a realidade prática - pode ser mais do que a comunidade internacional está disposta a aguentar. Talvez o melhor cenário imaginável seja que essas circunstâncias levem todos de volta à prancheta para pensar uma nova solução para o conflito a partir do zero (PAPPE, 2022, p. 226).

3. RESSALVAS DO CONCEITO DE NECROPOLÍTICA DE MBEMBE

Inicialmente, é importante reconhecer a contribuição significativa de Mbembe para a compreensão da necropolítica e suas manifestações contemporâneas. No entanto, seu ensaio também suscita algumas ressalvas e pontos de debate que merecem consideração crítica. Autores como Jones Manoel (2021), historiador marxista, e Eduardo Maia (2022), doutorando em Política Social, apontam que Mbembe não aborda adequadamente as implicações das raízes históricas dos colonialismos citados em seu ensaio, nem oferece meios de superação dessa realidade. Ambos argumentam que a análise de Mbembe carece de uma conexão mais profunda com as especificidades históricas de cada contexto colonial e seus agentes, utilizando o Marx como base para elaborar suas críticas.

Ao mencionar a Palestina e os demais exemplos de sujeitos que sofreram e sofrem necropolítica, ele consegue não mencionar os responsáveis pela política de morte. Por exemplo, em todo o livro ao citar o que acontece na Palestina ele não menciona em momento algum o sionismo e Israel como responsáveis, como se fosse um Estado ou um poder fantasma ao ser responsável pelo colonialismo praticado, faltando mediações entre os atores e os objetivos por trás.

Mbembe falha também em não mencionar o que o sistema hegemônico que detém o poder tem a ganhar com a morte dessas pessoas que sofrem com suas guerras. Em seu vídeo, Jones Manoel também critica a ausência de posicionamento do Achille Mbembe ao não nomear os atores por trás da necropolítica:

Achille Mbembe consegue o fenômeno de dizer que a Palestina é o maior símbolo de colonialismo na era contemporânea e não citar o nome de Israel, ele consegue o fenômeno de falar da guerra contemporânea e não falar o nome dos Estados Unidos, consegue o fenômeno de falar de política da morte sem falar quem mata, quem morre, e porque matam e porque se morre. É uma crítica tranquilizadora. É uma crítica em que os que matam podem dormir tranquilos e os que morrem vão continuar no silêncio do seu luto porque é uma crítica que não vai ao X da questão, não vai à raiz do problema e se não vai à raiz do problema, como diria Marx, não é uma crítica radical, e se não é radical, a quem ela serve? (NECROPOLÍTICA, 2021).

A teoria de necropolítica tem um ótimo papel em descrever as ações mas lhe falta trazer uma crítica mais radical quanto à superação dessa realidade e os atores que a praticam, como se fossem acontecimentos espontâneos que a única agenda por trás é a morte em si, como se o agente fosse passivo e não ativo, trazendo consequências mais imediatas do que ao

longo prazo das práticas de necropolítica por seus agentes, nesse caso, com o que o Estado sionista tem a ganhar com política de morte gerenciada por ele.

Maia (2022), também critica a superficialidade na qual Mbembe retrata os fenômenos de violência e morte, com ausência das causas históricas e capitalistas:

Assim como na ocupação palestina a violência ganha contornos de agente ativo, são as “guerras da época da globalização [que] visam forçar o inimigo à submissão” (p. 51). As guerras aparecem dissociadas dos fabricantes de armas, dos interesses econômicos, políticos e estratégicos, dos articuladores e mesmo daqueles que puxam o gatilho. A questão militar é reduzida ao seu nexo com as práticas de violência e morte, ou seja, com suas manifestações mais imediatas. (MAIA, 2022, p. 483).

Outra ausência é na distinção entre as formas e níveis de violência e do seu monopólio: nas relações individuais (homicídios e os chamados crimes comuns); do Estado contra as classes subalternas (guerras civis); entre os Estados (guerras tradicionais); ou mesmo na forma de resistência (lutas revolucionárias) (MAIA, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de trazer o conceito de necropolítica ao invés de somente usar o termo limpeza étnica, no contexto do conflito entre Israel e Palestina é devido a complexidade por trás das estratégias de Israel, indo além da mera exclusão de um grupo étnico. A necropolítica inclui práticas de guerra, ocupação, bloqueios geográficos, econômicos e outras formas de violência que impactam a sobrevivência de populações inteiras que podem levar a limpeza étnica.

Muitas discussões sugerem que o conflito entre Israel e Palestina não se trata de uma guerra mas um conflito, devido ao desequilíbrio de forças. Israel possui um exército altamente equipado e uma superioridade tecnológica considerável, enquanto os palestinos, e até mesmo o Hamas. Este desequilíbrio, também segue nos números de mortes de civis palestinos, sendo mais de 30 vezes superior à de israelenses ao longo do conflito atual. Esse cenário questiona a narrativa de direito de defesa de Israel e os vetos de cessar-fogo dos EUA.

A solução de dois Estados vem sendo apresentada ao longo do tempo como um meio para alcançar a paz. Porém, como Pappe cita, é errônea, não tem como coexistir dois Estados e um deles ser fragmentado conforme a resolução de 1947 prevista pela ONU. Tal solução funciona como uma extensão das práticas necropolíticas, já que a ideia de solução de dois Estados pode ser concebida como uma tática para manter a soberania territorial e estratégica israelense, mantendo zonas de controle intensivo sobre a população palestina — por exemplo, com fronteiras militarizadas, restrições de movimentação, e uma segmentação territorial que mantenha os palestinos em áreas superlotadas ou economicamente inviáveis.

Conforme autores citados no capítulo *A mídia como dispositivo necropolítico e a representação de Palestinos e árabes no Ocidente*, a mídia hegemônica ocidental pode ser utilizada como dispositivo necropolítico, especialmente quando atua para moldar narrativas que justificam ou minimizam a violência e o controle exercidos sobre a população palestina.

Quando a mídia adota uma postura que enfatiza a narrativa de segurança e autodefesa de Israel, tal como está ocorrendo no conflito atual, e ao mesmo tempo em que desumaniza ou marginaliza a população palestina, ela contribui para a normalização da violência e da opressão contra essa população. Assim, a mídia se torna um dispositivo que perpetua a lógica necropolítica ao poder ideológico de disseminar discursos e mobilizar a população a seu

favor, influenciando como o público ocidental entende e justifica a violência e a morte em no contexto israelo-palestino.

No entanto, como analisado, o conceito de necropolítica tem algumas ressalvas, é útil ao descrever ações mas lhe falta trazer uma crítica mais radical quanto à superação dessa realidade e os atores que a utilizam. Por exemplo, Mbembe cita a Palestina no seu livro, como “a forma mais-bem sucedida de necropoder” (MBEMBE, 2018, p.41) porém não tem uma mera citação sobre Israel, que é o responsável pela ocupação colonialista.

Devido a isso, o conceito de necropolítica por si só não é capaz de explicar de o caso palestino-israelense, por retratar os fenômenos de violência e morte, com ausência das causas históricas e capitalistas, e citação os responsáveis. Neste sentido, é necessário o aprofundamento rigoroso, trazendo as causas e os responsáveis, para auxiliar no conceito de necropolítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJLABS. Israel-Gaza war in maps and charts: Live tracker. **Al Jazeera**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>. Acesso em: 26 jun. 2024.

HAMAS releases 24 captives amid Israel truce: Here's what's to know. [s.d.]. **Al Jazeera**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/11/24/hamas-releases-25-captives-amid-israel-truce-here-s-whats-to-know>. Acesso em: 18 jul. 2024a.

WHY the Palestinian group Hamas launched an attack on Israel? All to know. **Al Jazeera**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/7/palestinian-group-hamas-launches-surprise-attack-on-israel-what-to-know>. Acesso em: 18 jul. 2024b.

ANERA. **7 Months of War on Gaza: A Timeline of Events and Anera's Humanitarian Response**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.anera.org/gaza-war-timeline/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ANONYMOUS. **Palestine in Pictures: June 2021**. Text. 2021. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/palestine-pictures-june-2021/33526>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Ataque aéreo israelense atinge laboratório de testes de Covid-19 de Gaza. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ataque-aereo-israelense-atinge-laboratorio-de-testes-de-covid-19-de-gaza/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BAGOLAN, Icaro. **Um rosto para o inimigo: o discurso da “guerra ao terror” nos editoriais dos jornais The New York Times e The Guardian**, 2017. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/8211>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BARGHOUTI, Mariam. On October 7, Gaza broke out of prison. **On October 7, Gaza broke out of prison**, Al Jazeera, 14 October 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/10/14/on-october-7-gaza-broke-out-of-prison>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BISSET, Victoria. Six months of the Israel-Gaza war: A timeline of key moments. **Washington Post**, 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2024/04/07/israel-hamas-gaza-war-timeline-anniversary/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** [s.l.]: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Manoela Gouveia. **A questão de Jerusalém : Israel, a Palestina e as Nações Unidas**. 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/34557>. Acesso em: 8 maio. 2024.

CASALEGNO, Federico. Mídia, terrorismo e (des)informação. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 117–125, 2003. DOI: [10.15448/1980-3729.2003.22.3242](https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.22.3242).

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. 1ª ed.: Veneta, 2010.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA: Propaganda política e manipulação**. WWF Martins Fontes, 2015.

CLEMESHA, Arlene Elizabeth. Palestina, 1948-2008: 60 anos de desenraizamento e desapropriação. **Tiraz**, v. 5, p. 167–187, 2008.

COMO Israel montou um exército poderoso em tão pouco tempo. **UOL**, 2023. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/10/13/palestina-exercito-forcas-de-defesa-de-israel.htm>. Acesso em: 7 maio. 2024.

CONSERVA, Sarah Gabrielle Lopes. **Sem terra e sem água: assentamentos israelenses e o controle sobre a água como ameaças à existência do povo palestino**. TCC. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 7 maio. 2024.

DE AMORIM MARCELLO, FABIANA. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos**, v. 29, n. 1, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacao-realidade/article/view/25426>.

DEUTSCHE WELLE. A delicada posição do Egito no conflito Israel-Hamas. **CartaCapital**, 2023. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-delicada-posicao-do-egito-no-conflito-israel-hamas>.

Acesso em: 18 jul. 2024.

DOMINGUEZ, Diego Balassiano. Hamas e o Terrorismo Simpático. **Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano**, v. 3, n. 5, p. 108–123, 2015. DOI: [10.11606/issn.2446-5240.malala.2015.107842](https://doi.org/10.11606/issn.2446-5240.malala.2015.107842).

Expansão de assentamentos israelenses fere direitos de palestinos. **As Nações Unidas no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/156806-expans%C3%A3o-de-assentamentos-israelenses-fere-direitos-de-palestinos>. Acesso em: 6 maio. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, , 2008.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 3, p. 34–44, 2016. DOI: [10.5020/23590777.16.3.34-44](https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44).

HADDAD, Mohammed. **Palestine and Israel: Mapping an annexation**. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em: 5 maio. 2024.

HASS, Amira. Israel's Closure Policy: an Ineffective Strategy of Containment and Repression. **Journal of Palestine Studies**, v. 31, n. 3, p. 5–20, 2002. DOI: [10.1525/jps.2002.31.3.5](https://doi.org/10.1525/jps.2002.31.3.5).

HIGGINS, Andrew. How Israel Helped to Spawn Hamas. **The Wall Street Journal**, 2009. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB123275572295011847>. Acesso em: 15 jul. 2024.

HISTÓRIA de Israel: Destaques históricos. [s.d.]. Disponível em: <https://embassies.gov.il/sao-paulo/AboutIsrael/history/Pages/Historia-Destaques-historicos.aspx>. Acesso em: 3 jul. 2024.

HISTORY: Foreign Domination. [s.d.]. Disponível em: <https://embassies.gov.il/san-francisco/AboutIsrael/history/Pages/History-Foreign-Domination.aspx>. Acesso em: 3 jul. 2024.

HUBERMAN, Bruno. **A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel.** 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/xmlui/handle/handle/23480>. Acesso em: 5 maio. 2024.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: Desafios da revolução no século XXI.** [s.l.] : Boitempo Editorial, 2020.

MAIA, Eduardo. Crítica da necropolítica: uma abordagem marxista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 2, p. 474–497, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.48735>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONTENEGRO, Ana Maria Maciel. Viver e trabalhar em território ocupado: a Palestina e seu povo. **Caderno CRH**, v. 20, p. 135–149, 2007. DOI: [10.1590/S0103-49792007000100011](https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000100011).

MORAES, Dênis De; LOUÇÃ, Francisco; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMONET, Ignacio; CHAUI, Marilena. **Poder Midiático e Disputas Ideológicas.** 1ª edição ed. : Consequência, 2019.

NAML, Hussein Abu El. Population growth and demographic balance between Arabs and Jews in Israel and historic Palestine. **Contemporary Arab Affairs**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 71–82, 2010. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/48599702>>. Acesso em: 3 de jul. 2024.

NECROPOLÍTICA: O desarme do pensamento crítico. Criador: Jones Manoel. 2021. 1 vídeo (38 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ukCQLNXFhQ0>. Acesso em: 4 maio. 2024.

NUNES, Katianne Jamilia Oliveira; ROLIM, Francisca Alynne Ribeiro. OS CONTRATUALISTAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 3, p. 583–596, 2023. DOI: [10.51891/rease.v9i3.8888](https://doi.org/10.51891/rease.v9i3.8888).

OHCHR. **Israel/oPt: UN experts appalled by reported human rights violations against Palestinian women and girls.** 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/02/israelopt-un-experts-appalled-reported-human-rights-violations-against>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ORAIB, Al-Rantawi. **Jerusalém e Sheikh Jarrah no Dia da Terra.** Monitor do Oriente, 2021. Disponível em:

<https://www.monitordooriente.com/20210405-jerusalem-e-sheikh-jarrah-no-dia-da-terra/>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

PAPPE, Ilan. **História da Palestina moderna: uma terra, dois povos**. [s.l.] : Editorial Caminho, 2004.

PAPPE, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPE, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. [s.l.] : Editora Tabla, 2022.

PIRONET, Olivier. Em Gaza, um povo enjaulado. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/em-gaza-um-povo-enjaulado/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

POWERS, Shawn; GILBOA, Eytan. The Public Diplomacy of Al Jazeera. *Em:* SEIB, Philip (org.). **New Media and the New Middle East**. New York: Palgrave Macmillan US, 2007. p. 53–80. DOI: [10.1057/9780230605602_4](https://doi.org/10.1057/9780230605602_4). Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230605602_4. Acesso em: 26 jun. 2024.

RODRIGUES JÚNIOR, Gilberto Souza. **Geografia Política e os recursos hídricos compartilhados: o caso Israelo-Palestino**. 2010. text - Universidade de São Paulo, [S. l.], 2010. DOI: [10.11606/T.8.2010.tde-21072010-113708.](https://tde-21072010-113708/) Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21072010-113708/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

RODRIGUES JÚNIOR, Gilberto Souza. Instituto da Cultura Árabe. **O conflito israelo-palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos**, [S. l.], 2006. Disponível em: https://icarabe.org/sites/default/files/pdfs/reflexoes_2_-_aula4_10.pdf. Acesso em: 7 maio. 2024.

ROY, Sara. The failure of peace and its consequences: the second Palestinian intifada. *Em:* **Failing Peace. Gaza and the Palestinian-Israeli Conflict**. Londres: Pluto, 2007. p. 215 a 249.

RUSSO, G. M. Palestina partida: os bantustões de Israel - um estudo comparativo entre as normas institucionais de segregação nos territórios palestinos e na África do Sul do Apartheid. **Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 89–110, 2017.

SAID, Edward W. **Cultura e Política**. 1^a edição ed. [s.l.] : Boitempo Editorial, 2003.

SANCHES, Mariana. Por que os Estados Unidos apoiam Israel? **BBC News Brasil**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgl3jnpz7dyo>. Acesso em: 7 maio. 2024.

STEPHENS, Bret. Opinion | Silence Is Violence — but Not When It Comes to Israeli Rape Victims. **The New York Times**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/05/opinion/silence-rape-israel-jews.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SUDRÉ, Lu. Israel executa “apartheid médico” ao impedir vacinação de palestinos, acusa político. **Brasil de Fato**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/18/israel-executa-apartheid-medico-ao-impedir-vacinacao-de-palestinos-acusa-politico>. Acesso em: 30 jun. 2024.

TERRITÓRIOS palestinos têm gás e petróleo que podem gerar centenas de bilhões de dólares | ONU News. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1685021>. Acesso em: 7 maio. 2024.

The Avalon Project : UN General Assembly Resolution 181. Text. 2018. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/res181.asp. Acesso em: 26 jun. 2024.

UNIC RIO. **ONU: economia palestina seria, pelo menos, duas vezes maior sem a ocupação israelense. Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (UNIC Rio de Janeiro)**, 2016. Disponível em: <https://unicrio.org.br/onu-economia-palestina-seria-pelo-menos-duas-vezes-maior-sem-a-ocupacao-israelense/>. Acesso em: 7 maio. 2024.

UNITED NATIONS. **Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements (Oslo Accords) | UN Peacemaker**. [s.d.]. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/IL%20PS_930913_DeclarationPrinciplesInterimSelf-Government%28Oslo%20Accords%29.pdf. Acesso em: 8 maio. 2024.

UNITED NATIONS. **Ethnic Cleansing**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/ethnic-cleansing.shtml>. Acesso em: 3 jul. 2024b.

UNITED Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs - occupied Palestinian territory | Data on casualties. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ochaopt.org/data/casualties>. Acesso em: 26 jun. 2024.

XAVIER, Cézar. **Palestinos juram defender túmulos no cemitério de Jerusalém.** 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/10/31/palestinos-juram-defender-tumulos-no-cemiterio-de-jerusalem/>. Acesso em: 30 jun. 2024.